

GRUPO IMPAR



IMPAR
seguros

2021

RELATÓRIO & CONTAS

Construindo Relações de Confiança

Índice

Índice	2
I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
2. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE	6
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
4.1 Situação Económica Mundial.....	8
4.2 Situação Económica Nacional	16
4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde	19
5. FACTOS RELEVANTES EM 2021	20
5. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS.....	22
7. A ACTIVIDADE DA ÍMPAR EM 2021	23
7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE	23
7.2 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO.....	24
7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO	25
7.4 PROVISÕES TÉCNICAS	26
7.5 RESSEGURO CEDIDO	26
7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO.....	27
7.7 CUSTOS OPERACIONAIS	27
7.8. INVESTIMENTOS	28
7.9 RECURSOS HUMANOS.....	29
7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	31
7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA.....	31
7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO.....	32
8. PERSPETIVAS PARA 2022.....	34
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
III – ANEXO ÀS CONTAS	43
IV – PARECER DO ATUÁRIO	101
V – PARECER DO FISCAL ÚNICO	103
VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA	105



I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Apesar de ainda se ter vivido em plena pandemia da Covid-19, inclusive com uma forte vaga no final do ano, a anuidade de 2021 fica marcada pelo início da recuperação económica mundial e consequentemente de Cabo Verde.

Conseguimos uma recuperação do PIB de 6%, não suficiente para mitigar a queda de 12% verificada no ano anterior. Essa recuperação foi caracterizada pela reabertura gradual da atividade económica na sequência do avanço da vacinação e o consequente alívio das restrições impostas e das medidas de contenção, bem como, da implementação de medidas de políticas orçamental e monetária acomodáticas. A expansão da procura interna, reflexo do aumento do investimento e do consumo público, e o aumento do crédito à economia sustentado, em parte, pelas linhas de crédito com garantia do Estado e a taxas de juro baixas, explicam o crescimento ocorrido.

Foi neste contexto macroeconómico desafiante e ainda de incertezas, não obstante a retoma, que a IMPAR continuou a desenvolver a sua atividade, conseguindo crescer 7,6% com especial enfoque no Ramo Vida. Isto num contexto onde o Mercado Cabo-verdiano de Seguros cresceu apenas 3%.

Esse crescimento de prémios, aliado a uma rigorosa qualidade de subscrição com impacto positivo na sinistralidade, bem como, uma forte performance da nossa participação no BCN, contribuíram para que os Resultados da IMPAR tenham crescido cerca de 46% fixando-se nos 539 mil contos, contribuindo assim para o reforço dos Capitais próprios da IMPAR os quais já ultrapassam os 2,8 milhões de contos.

Os rácios prudenciais mantêm-se um nível mais de 6 vezes superior ao mínimo legal, tendo a margem de solvência atingido os 630%, reafirmando assim uma solidez ímpar que nos permite enfrentar com confiança as incertezas futuras advenientes da Guerra na Ucrânia que acaba de começar.

Especial destaque aos nossos Colaboradores que foram pró-ativos e tenazes fazendo jus ao espírito de união e humanismo que nos caracteriza, honrando dessa forma os valores que nos definem e identificam como parte de um Grupo Financeiro cuja força motriz é assegurar impacto positivo a todos os que connosco interagem.

Uma palavra de apreço aos nossos Clientes e Acionistas, pela confiança sem a qual não seria possível levar avante a nossa missão e o nosso compromisso neste contexto excecional e atípico. É esta confiança que nos permite, reafirmar que estamos cada vez melhor preparados para enfrentar os desafios futuros.

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente do Conselho de Administração

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Augusto Vasconcelos Lopes
Vice-presidente	Alfredo Barbosa Fernandes
Primeiro Secretário	Diamantino Andrade Soares
Segundo Secretário	José Paulino Modesto

Conselho de Administração

Presidente	Luís Vasconcelos Lopes
Vice-Presidente	Paulo de Oliveira Lima
Administrador Delegado	António Raposo Correia
Administrador	Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administradora	Sandra Almiro Coimbra

Conselho Fiscal

Fiscal Único	António Pedro Silva
Suplente Fiscal Único	Carlos Fonseca Monteiro

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar

anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Directores Coordenadores funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia, Directores e chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Situação Económica Mundial

O ano de 2021 foi o segundo ano da pandemia da Covid-19 cujo primeiro caso foi conhecido na China no final de 2019.

Durante esta segunda anuidade da pandemia, a conjuntura económica mundial permaneceu caracterizada por um clima de grande incerteza agravado pelo surgimento de novas variantes da doença.

Contudo, o aumento do nível de vacinação, sobretudo nos países de economia avançada e de rendimento médio, permitiu a retoma gradual da atividade económica de modo que, para 2021, estima-se um crescimento da economia mundial de 5,5%, (quando em 2020 verificou-se uma contração de 3,4%), não obstante o caminho para esta retoma tenha sido caracterizado por inúmeros e grandes desafios (especialmente para as economias em desenvolvimento), nomeadamente, desequilíbrios macroeconómicos com proporções sem precedentes; crescente desigualdade de rendimento entre e dentro de países e conjuntura de incerteza excecional agravada pelo surgimento de novas variantes do vírus que colocam os países com altas taxas de vacinação sob pressão e ameaçam causar grandes estragos nos países mais pobres e vulneráveis e que apresentam baixas taxas de vacinação.

Desde o início da pandemia que, de entre os esforços enveredados para o controlo da propagação da doença, o desenvolvimento de vacinas se mostrou fundamental e como o caminho mais eficaz para a restauração da mobilidade. A primeira vacina contra a covid-19 foi aprovada em finais de 2020 e a sua distribuição começou imediatamente na Europa. Durante a maior parte do ano de 2021, contudo, se deparou com um grande obstáculo que se traduziu no acesso limitado a doses de vacina, com os países de rendimento baixo (LIC's) a serem os mais prejudicados.

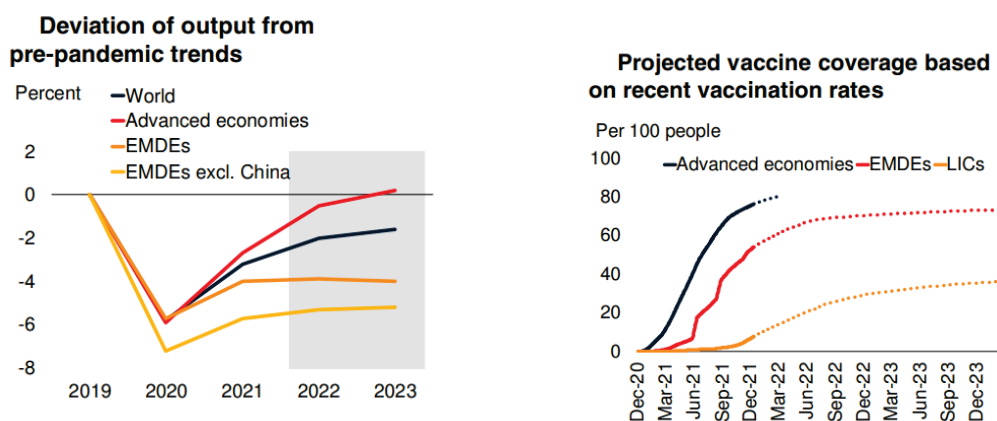
Com o avançar do nível de vacinação nas Economias avançadas e num número crescente de EMDE's (Economias dos Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento), verificou-se uma melhoria contínua no mercado de trabalho, reflexo, por um lado, da reabertura da economia e, por outro lado, das medidas temporárias de proteção ao emprego (sobretudo na Europa) com a implementação

de regimes de layoff simplificado e com os programas Coronavírus Job Retention Scheme e Self Employment Income Support Scheme no Reino Unido.

Adicionalmente, as medidas excecionalmente acomodatórias de políticas monetária e orçamental adotadas pelas autoridades monetárias, a par da manutenção, em níveis mínimos históricos (desde março de 2020), das taxas de referência e de algum alívio, regra geral, das medidas prudenciais, foram fundamentais para mitigar os efeitos da crise sanitária no rendimento e na confiança dos agentes económicos e, consequentemente, na atividade económica global.

O ritmo de recuperação das EMDE's foi, contudo, notavelmente mais fraco e frágil comparado ao das economias avançadas, como resultado não só de respostas políticas limitadas e das cicatrizes deixadas pela pandemia, mas também do progresso mais lento da vacinação. Aliás, a distribuição das vacinas entre os diversos países afigurou-se como um grande constrangimento no processo de recuperação global, na medida em que o acesso às vacinas permaneceu, desde o início da sua distribuição, altamente desigual ao redor do mundo, e teimosamente limitado em países de baixo rendimento (prevê-se que apenas cerca de um terço da população das LIC's terá recebido apenas uma dose de vacina em finais de 2023).

A taxa de crescimento de 5,5% esperada para a economia global em 2021 (o ritmo pós-recessão mais forte em 80 anos) decompõe-se numa taxa de crescimento de 5% para as Economias Avançadas, de 6,3% para as EMDE's e de 3,3% para as LIC's.



Fonte: World Bank Group Flagship Report, Global Economic Prospects, January 2022

Para o ano de 2021, a previsão de crescimento da economia dos EUA é de 5,7%, o ritmo mais rápido desde a década de 80 (ano de 1984). Contudo, ao longo do ano, o ritmo de crescimento não foi uniforme tendo em conta a pandemia da covid-19 e o surgimento de novas variantes (o terceiro trimestre foi dominado pela variante Delta e a variante Omicron chegou no final de novembro).

No segundo semestre do ano, a economia sofreu vários contratempos além de surtos da covid-19 e abrandamentos significativos do consumo privado e da produção fabril, nomeadamente, a crescente escassez da oferta, o aumento dos preços da energia, bem como o fraco aumento das receitas derivado das políticas de apoio adotadas na pandemia.

O surto de infeções por coronavírus também impactou o mercado de trabalho, embora se espere que seja um efeito temporário. Empregadores desesperados por trabalhadores, havendo 10,6 milhões de vagas em aberto nos Estados Unidos no final de novembro.

No último trimestre de 2021, na sequência de uma forte onda de procura por bens, as empresas reabasteceram os estoques esgotados, ajudando a atividade do país a registar o seu melhor desempenho em quase quatro décadas. Para 2021, espera-se a subida de 3,9 % (o maior aumento desde 1990) do índice de preços das despesas de consumo pessoal (PCE). É de se referir que no quarto trimestre, aquela taxa foi de 6,5%, o maior salto desde o terceiro trimestre de 1981. O caos nas cadeias de suprimentos, a escassez de trabalhadores e o aumento da procura contribuíram, assim, para a subida dos preços.

É importante referir que as medidas de estímulo à economia no âmbito da pandemia e que vinham sustentando a atividade económica deverão estar a chegar ao fim. O Federal Reserve anunciou em finais de janeiro de 2022 que planeja reverter suas compras mensais de ativos no início de março e sinalizou que aumentaria as taxas de juros logo depois para conter a inflação.

Após a queda de 6,4% em 2020, a economia da **Zona Euro** irá crescer 5,2% em 2021, recuperando-se parcialmente da contração que sofreu na sequência da crise da pandemia da Covid-19.

O processo de recuperação da economia europeia começou a partir do segundo trimestre de 2020 mas as incertezas trazidas pela pandemia bem como o aparecimento de novas variantes do vírus trouxeram dúvidas sobre a sua capacidade de manter o ritmo de crescimento.

Efetivamente, o crescimento desacelerou-se no quarto trimestre de 2021 o que não comprometeu o notável crescimento anual uma vez que o bom desempenho da França e da Itália compensaram um trimestre muito mais fraco da Alemanha.

A recuperação da economia da Zona Euro foi impulsionada sobretudo pela procura interna, nomeadamente no que se refere aos serviços de consumo, em resultado das elevadas taxas de vacinação, da associada redução do medo de infeções e da flexibilização das restrições relacionadas com a pandemia. Foi também impulsionada por um aumento do rendimento disponível real e por uma diminuição substancial do rácio de poupança. O rendimento disponível das famílias continuou a ser sobretudo impulsionado pela remuneração do trabalho, que, em regra, envolve uma propensão marginal para o consumo relativamente elevada.

No terceiro trimestre, o crescimento impulsionado pelos serviços mais do que compensou a importância crescente dos estrangulamentos da oferta como um fator que condiciona a atividade industrial.

As perturbações nos transportes internacionais e a escassez de fatores de produção impediram as empresas da área do euro de aumentar a sua produção em consonância com o rápido crescimento da procura de bens transformados, intensificando, assim, o desequilíbrio entre uma forte procura e a escassez de oferta.

Os estrangulamentos da oferta na indústria transformadora permaneceram graves até novembro, com um prolongamento constante dos prazos de entrega dos fornecedores causando, assim, em conjunto com as restrições mais rigorosas relacionadas com a pandemia, devido à propagação de novas variantes, a desaceleração do crescimento real do PIB.

As pressões sobre os preços registaram um aumento considerável nos últimos meses e a inflação terá atingido o seu nível máximo no quarto trimestre de 2021. Contudo, considera-se que estas pressões são sobretudo temporárias, refletindo uma subida acentuada dos preços dos produtos energéticos (combustíveis para transporte, eletricidade e gás), depreciação da taxa de câmbio do euro e desfasamentos externos e internos entre a oferta e a procura perante a reabertura das economias.

No mercado do trabalho, a taxa de desemprego mostrou uma tendência decrescente à medida que o ritmo de recuperação aumentava, acompanhado de um aumento dos postos de trabalho por preencher e um forte crescimento do emprego, sobretudo no terceiro trimestre do ano. As projeções indicam que, no final de 2021, a taxa de desemprego desça para o seu nível anterior à pandemia.

A economia da **China** se recuperou em 2021, registando a maior taxa de crescimento em uma década, não obstante o resultado do último trimestre do ano ter indicado uma desaceleração em relação ao trimestre anterior. Restrições recorrentes de mobilidade relacionadas à pandemia e contenção nos setores imobiliário e financeiro restringiram gastos do consumidor e investimento residencial.

Em contrapartida, e apesar de interrupções na oferta e escassez de eletricidade, a atividade de fabricação mostrou-se, geralmente, sólida e o crescimento das exportações acelerou. Ações de política macroeconómica ajudaram a evitar uma desaceleração económica mais acentuada e a mitigar o estresse financeiro. O Banco Popular da China providenciou injeções de liquidez de curto prazo e suprimiu compulsórias, e o governo acelerou o investimento em infraestrutura e intensificou os esforços para apoiar os proprietários e promotores de crédito.

Espera-se um crescimento do PIB de 8,1%, a maior expansão desde 2011, desempenho bem maior do que o alcançado em 2020, 2,2% (taxa de crescimento mais fraca desta economia em 44 anos), desempenho este que teve um impulso especial das robustas exportações registadas em 2021, tendo a China alcançado, neste ano, o recorde de superavit comercial.

No **Reino Unido** a economia terá crescido 7,5% em 2021 (ritmo mais rápido de crescimento desde a segunda guerra mundial), indicando que a atividade económica recuperou os níveis pré-pandemia mais cedo do que o esperado. O crescimento económico deveu-se aos serviços, especialmente nos setores de alimentos e hotelaria, na sequência de maior ritmo de reabertura no início do ano.

A recuperação, contudo, foi comprometida pela escassez da mão de obra, dificuldades nas cadeias de abastecimento, aumento dos preços da energia e surtos de covid-19 e novas variantes que foram surgindo ao longo do ano. Em dezembro de 2021, o PIB decresceu devido, unicamente, a uma contração de 0,5% no sector de serviços, onde os locais de hospedagem foram atingidos por cancelamentos em massa no período que antecedeu o Natal, depois de o governo ter imposto restrições para conter a propagação da variante Omicron.

No que se refere à inflação, os dados mostram que os preços tiveram o crescimento mais rápido dos últimos dez anos impulsionado por custos mais altos de energia e de transporte, seguindo o aumento de preços em todo o mundo, na sequência de rápida recuperação da procura após o afrouxamento das restrições da Covid-19, a escassez de bens e trabalhadores e os crescentes custos de energia. Por seu lado, para a economia do Reino Unido também pesou as consequências do Brexit, o que aumenta o custo de fazer negócios com a União Europeia, seu maior parceiro comercial.

Assim, em 2021, a inflação no Reino Unido atingiu os 5,4%, o maior valor visto nos últimos 30 anos e, conforme era de se prever, o aumento das taxas de juros de referência pelo banco central inglês foi inevitável.

Quanto ao mercado de trabalho, as perspetivas indicam que a taxa de desemprego deve atingir um pico muito abaixo das previsões.

A dívida pública deverá chegar aos 85,2% do PIB.

No **Japão**, a atividade permaneceu moderada ao longo de 2021, não obstante as perspetivas de um maior dinamismo no final do ano, na medida em que as altas taxas de vacinação permitiram o relaxamento das medidas de controle da pandemia.

A produção industrial do Japão (indicador de desempenho da economia japonesa, altamente dependente do setor transformador) aumentou 5,8% em 2021 em comparação com o ano anterior, ainda assim abaixo do nível pré-pandémico, devido à escassez global de semicondutores e pela suspensão da produção de componentes no Sudeste Asiático devido ao aumento dos casos da COVID-19 nas fábricas, um revés que afetou particularmente a indústria automóvel.

O crescimento estimado para a economia nipónica em 2021 é de 1,7%.

Estima-se que a produção nas **EMDEs – Economias dos Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento** tenha crescido 6,3% em 2021 como resultado de muitos países da Europa e Ásia Central (ECA) e da América Latina e Caribe (LAC) terem se

beneficiado de uma recuperação da procura interna impulsionada por uma recuperação nos mercados de trabalho, bem como uma forte procura externa e resiliente remessa. Por seu lado, os altos preços das commodities ajudaram a estabilizar a atividade industrial em grandes exportadores de commodities tanto na ECA como na LAC, bem como no Oriente Médio e Norte da África (MENA) e SSA (África Subariana).

Apesar desta melhoria, a retoma do crescimento em 2021 não foi suficiente para colocar a produção nos níveis de 2019 em muitas EMDEs. Ressurgimento de novos casos de COVID-19 e respetivas restrições de mobilidade restringiam a recuperação da economia em muitos países. Isso foi mais evidente em algumas grandes economias do Leste Asiático e Pacífico (EAP), onde vários indicadores de atividade real se contraíram, bem como nas economias das EMDEs dependentes do turismo - incluindo um número de pequenos estados insulares - em meio a fraqueza nas chegadas de turistas internacionais.

Por outro lado, a produção industrial das EMDEs tem desacelerado e novos pedidos de exportação de fabricação permanecem moderados, refletindo a moderação na procura externa e persistentes gargalos na oferta. O consumo privado foi restringido por uma acentuada aceleração da inflação em muitas economias. A pandemia e a rápida disseminação da variante Omicron podem pesar ainda mais no crescimento de curto prazo das EMDEs.

Nas denominadas Economias **LICs – Low Income Countries**, estima-se que o crescimento tenha subido para 3,3% em 2021, na medida em que a procura externa mais forte e os preços elevados das commodities ajudaram a impulsionar a atividade.

No entanto, a procura interna manteve-se moderada, tendo em conta a continuada perda de rendimento e emprego provocada pela pandemia que agravou a pobreza e a insegurança alimentar. Progresso limitado com a vacinação em meio a restrições de fornecimento e desafios de distribuição pesaram também

bastante na recuperação. Em alguns LICs, a atividade também regrediu devido a níveis elevados de violência e conflito armado (caso da Burkina Faso, e da Etiópia) ou instabilidade política crescente (caso do Chade e do Mali).

A economia **portuguesa** cresceu 4,9% em 2021 sendo o crescimento mais elevado desde 1990, não obstante ser inferior à média europeia.

A explicar esta evolução está um contributo expressivo da procura interna, depois de ter sido significativamente negativo em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. Esta evolução é sustentada pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela acumulação de riqueza ao longo da crise. Quanto ao investimento, há uma aceleração de 4,9% em 2021, tendo em conta os fundos europeus, da retoma económica e das condições favoráveis de financiamento.

O consumo público, que traduz o nível de serviços prestados pelo Estado, deverá crescer 4,8% em 2021, mais do que em 2020.

O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021 relativamente a 2020, tendo se verificado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços.

No mercado de trabalho, a previsão é de melhoria com a taxa de desemprego a ser projetada para os 6,6% em 2021.

A taxa de inflação média deverá fixar-se nos 1,3%, tendo a componente energética sido decisiva para o aumento dos preços.

A previsão de organismos internacionais relativamente à evolução da **economia africana** em 2021 é de uma retoma mais modesta do que no resto do mundo, em parte explicada pela baixa taxa de vacinação contra a covid-19 no continente.

O crescimento da África Subsaariana deve ficar em torno de 3,5% em 2021, uma das mais lentas do mundo. Contudo, esta recuperação foi alimentada pelos elevados preços das matérias-primas, por um relaxamento das rigorosas medidas adotadas durante a pandemia e pela recuperação do comércio global, mas continua vulnerável, tendo em conta as baixas taxas de vacinação no continente, os danos económicos prolongados e o ritmo lento da recuperação. A taxa de vacinação da população rondou os 10% no continente pelo que, sem vacinas, o confinamento afigura-se como a única opção para conter o vírus.

Ainda que a África tenha sido a região do mundo menos afetada pela pandemia da covid-19, também passou por várias ondas da doença. Alguns países pagaram um preço alto, como a África do Sul, que tem a economia mais industrializada e cujo crescimento deverá ficar nos 5% em 2021. A economia nigeriana deve crescer 2,6%, graças ao alto nível dos preços do petróleo, mesmo que a produção permaneça abaixo dos níveis anteriores à pandemia.

Em Angola, outra economia que depende fortemente do petróleo, prevê-se um crescimento de 0,4% em 2021. Entre os países muito dependentes do turismo, como Cabo Verde, Ilhas Maurícias, Gâmbia, ou as Seychelles, o crescimento deve voltar aos níveis anteriores à crise sanitária mundial, mas ainda longe de apagar perdas registadas em 2020.

Por fim, nas economias mais frágeis, a situação de segurança (em particular no Sahel), ou política (no Chade e na Guiné) deverá abalar a esperada recuperação do consumo e da confiança dos investidores.

Comércio Global

O comércio global se recuperou em 2021, em paralelo à recuperação da atividade económica global. As previsões apontam que as trocas comerciais internacionais voltaram a alcançar os níveis anteriores à pandemia com as projeções da Organização Mundial do Comércio a indicarem um crescimento de 10,8%.

É de se destacar, contudo, a evolução desigual do comércio global de bens e de serviços. O comércio de bens recuperou significativamente graças à forte procura de veículos automóveis, produtos eletrónicos e artigos de exterior. Apesar dos constrangimentos na cadeia de fornecimento durante a segunda metade do ano, o comércio mundial de bens manteve-se firmemente acima do nível pré-pandemia. O comércio de serviços, por seu turno, demonstra uma recuperação mais lentamente, sob o peso das restrições ainda vigentes devido à pandemia.

Em termos regionais, constata-se o mesmo panorama de evolução distinta. O crescimento do comércio da China abrandou devido ao impacto do nível pouco habitual de trocas comerciais registado em 2020. O resto da Ásia emergente apresenta crescimentos acima da média mundial vinculados ao seu papel de destaque na fabricação de bens. Nas economias avançadas, o comércio cresceu fortemente nos Estados Unidos impulsionado pelos enormes pacotes de estímulo. A evolução da Zona Euro está mais em sintonia com a média mundial. A perda de impulso das trocas comerciais no segundo e terceiro trimestres de 2021 é generalizada e especialmente visível na China, EUA e América Latina.

Mercados Financeiros

O ano de 2021 caracterizou-se pela continuidade dos efeitos negativos que vinham desde 2020, originados pela pandemia da covid-19, nomeadamente as restrições à mobilidade e, portanto, à atividade económica, bem como a necessidade de dar uma trajetória credível à situação fiscal, como reação à grande expansão de gastos de 2020. Uma característica da economia global trazida pela pandemia terá sido o aumento mundial dos níveis de dívida pública e privada.

Receitas fiscais mais baixas e despesas sociais e de saúde mais altas refletiram a opção de tentar evitar a destruição generalizada da capacidade produtiva e garantir a subsistência de parte das populações durante a pandemia. Do lado do setor privado, o endividamento foi a forma de muitas empresas sobreviverem à parada repentina, quando o resultado não foi falência ou encerramento. Segundo os dados do FMI, o maior aumento da dívida global em um ano desde a Segunda Guerra Mundial aconteceu em 2020 (aumento anual de 28 pontos percentuais).

O ano de 2021 fica ainda marcado pelos níveis da inflação que passou a ser uma preocupação central. Com a pressão existente sobre as cadeias de abastecimento e logística, devido aos efeitos disruptivos da pandemia e dos confinamentos, o custo das matérias-primas subiu significativamente, em 2021, como por exemplo, o Gás Natural

(+40,25%), o petróleo (Brent + 53,09%), a Soja, o Milho (+22,99%), o Café (+78,44%), o Açúcar (+75,99%) e o Cobre (+23,58%).

Já na vertente cambial, o dólar americano (USD) marcou a sua posição, valorizando de forma consistente contra as principais moedas concorrentes, realçando a maior robustez económica dos EUA, que permitiu inclusive que a reserva Federal pudesse anunciar a mais rápida retirada de apoios aos mercados financeiros ao mesmo tempo que previa uma subida de taxas de juro diretoras já em 2022, para combate à inflação persistente.

4.2 Situação Económica Nacional

A evolução da economia cabo-verdiana em 2021 foi caracterizada pela reabertura gradual da atividade económica na sequência do avanço da taxa de vacinação e o consequente alívio das restrições impostas e das medidas de contenção, bem como, pelos apoios das medidas de políticas orçamental e monetária acomodatórias.

As melhores expectativas de retoma do turismo no último trimestre do ano, tendo em conta uma situação de maior controlo da pandemia, aumentaram as perspetivas para uma fase de crescimento da atividade económica. As projeções para o crescimento do PIB nacional em 2021 são, assim, de 6,6% aproximadamente.

A expansão da procura interna, reflexo do aumento do investimento e do consumo público, determinou a performance da economia nacional pelo menos durante a primeira metade do ano. O aumento do investimento é explicado, por um lado, pelas execuções, em fase de conclusão, de projetos de investimentos externos sobretudo nos sectores do turismo e imobiliária, bem como, de investimentos públicos e, por outro lado, pelo aumento do crédito à economia sustentado, em parte, pelas linhas de crédito com garantia do Estado e a taxas de juro baixas, criadas excecionalmente no contexto de medidas de mitigação dos efeitos da pandemia.

O aumento das despesas públicas no reforço das estruturas de saúde e das condições de resposta à crise sanitária e na mitigação do seu impacto social justificam, por outro lado, a evolução do consumo público.

A procura externa líquida, contudo, evidenciou uma forte deterioração, tendo as exportações (de serviço) reduzido a um ritmo muito superior ao das importações.

Do lado da oferta, o dinamismo a nível dos investimentos com impacto nas construções, as políticas públicas de apoio às empresas e às famílias mais vulneráveis para mitigação dos efeitos da pandemia na economia, a recuperação da procura interna com implicações na melhoria do volume de negócios nos setores do comércio, indústria transformadora e transportes terrestres e marítimos, explicam o desempenho da economia nacional.

Com uma influência negativa no desempenho da economia nacional em 2021, é de se destacar a queda do valor acrescentado bruto do setor de alojamento e restauração relacionado com a procura, sobretudo turística, relativamente fraca, com implicações a nível do volume de negócios neste setor, bem como, a redução dos

impostos líquidos de subsídios justificada pelas medidas orçamentais excepcionais de mitigação dos efeitos da pandemia na liquidez das empresas e no rendimento das famílias, entre as quais, o pagamento em prestações dos impostos, a diminuição da taxa de imposto sobre o valor acrescentado das empresas do ramo de alojamento e restauração, assim como, pelas restrições que se mantiveram em algumas atividades consideradas não essenciais no âmbito das medidas de contenção da covid-19.

Consequentemente, neste contexto de recuperação da procura interna, e de um aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional, as pressões inflacionistas se fizeram sentir, não obstante a manutenção da tendência de estabilidade e moderação dos últimos anos do perfil da inflação.

A taxa de **inflação** média anual deverá atingir os 1,6% em 2021.

Na origem das pressões inflacionistas que começaram no primeiro semestre de 2021, invertendo a tendência decrescente que se verificava desde maio de 2020, está o aumento dos preços das classes de “Transportes”, “Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas”, “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” e “Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”, refletindo, em alguns casos, a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas aos preços internos, com a atualização em alta dos preços administrados de combustíveis (petróleo, gasóleo, gasolina e gás). Destaca-se, em particular na classe de “Transportes”, o contributo do aumento dos preços dos “Transportes aéreos de passageiros” e dos “Combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal”.

O aumento da procura interna, bem como, da inflação importada sobretudo de produtos alimentares, estarão igualmente, a explicar a evolução dos preços no consumidor, conforme sugere o aumento dos preços das classes de “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, bem como, das classes de “Vestuário e calçado” e “Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos”.

Em relação às **contas externas**, continuaram a ser afetadas pelos impactos económicos da crise sanitária global, particularmente ao nível das receitas provenientes dos serviços de turismo e de transportes aéreos.

O défice da balança conheceu uma melhoria em finais de 2021, na sequência, principalmente do aumento das remessas de emigrantes, das exportações de viagens de turismo e de serviços de transportes aéreos, das exportações de bens e, em particular, das reexportações de combustíveis e viveres nos portos e aeroportos, bem como, da redução no pagamento de juros da dívida externa (pública e privada). Entretanto, o aumento das importações de bens e serviços e a redução das transferências oficiais correntes contribuíram para atenuar a melhoria do défice da balança corrente.

O investimento direto estrangeiro conheceu um desempenho favorável associado à retoma de projetos de investimentos em fase de conclusão, sobretudo nos setores do turismo e imobiliária turística nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boa Vista.

No referente à **situação monetária e financeira**, prevê-se a contração da massa monetária, expressa pelo agregado M2 tendo em conta a queda dos ativos externos líquidos, em particular, do stock das reservas internacionais líquidas do país, não obstante o balanço do Banco de Cabo Verde ter beneficiado da entrada de cerca de 3 mil milhões de escudos referentes à alocação dos DES - Direitos Especiais de Saque pelo FMI – Fundo Monetário Internacional.

O crédito interno líquido, por seu turno, aumentou face a 2020, impulsionado essencialmente, pelo aumento do crédito à economia. A suspensão do serviço da dívida dos contratos sob o regime das moratórias, a utilização das linhas de crédito covid-19 garantidas pelo Estado, bem como a concessão de novos créditos explica o desempenho do crédito à economia, enquanto a liquidação dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) detidos pelo Banco de Cabo Verde numa negociação com o Instituto Nacional de Previdência Social justifica, em grande medida, a evolução do crédito líquido ao setor público administrativo.

É de se referir, no entanto, um aumento do crédito ao governo central, explicado pelo crescimento do stock de bilhetes e obrigações do tesouro emitidos junto da banca nacional e de outras entidades.

Em termos de componentes, a redução da oferta monetária traduziu a evolução dos passivos monetários, designadamente, dos depósitos à ordem em moeda nacional e da moeda em circulação. Os passivos quase monetários, por seu turno, cresceram, determinado principalmente, pelo aumento dos depósitos a prazo em moeda nacional e dos depósitos de poupança. A constituição de poupanças precaucionais na conjuntura atual suportada, em parte, pela diminuição dos gastos de residentes em viagens, lazer e entretenimento poderá estar na origem da evolução destes depósitos.

Com o objetivo de mitigar o impacto da crise suscitada pela pandemia da Covid-19 na economia nacional, restaurar e reforçar a confiança dos agentes económicos, bem como estimular a retoma da atividade económica, o Banco de Cabo Verde (BCV), nos finais do ano de 2020 deliberou pela renovação, para vigorar em 2021, de um conjunto de medidas consentâneas com a orientação da política monetária nacional e internacional e que foram adotadas no primeiro trimestre de 2020, após o despoletar da crise sanitária da covid-19.

As **contas públicas** registaram um agravamento do défice que ficou a dever-se ao aumento das despesas correntes de funcionamento e das despesas com ativos não financeiros, bem como a redução dos donativos e das receitas fiscais, refletindo ainda, os efeitos da pandemia na atividade económica nacional e as medidas excecionais para mitigar o seu impacto no rendimento das empresas e das famílias.

As despesas correntes de funcionamento foram impulsionadas, em boa medida, pela execução de gastos com a aquisição de bens e serviços (sobretudo com a aquisição de materiais de combate à covid-19), com benefícios sociais com o aumento, sobretudo, das pensões de aposentação, com as transferências correntes para os

municípios e com os subsídios compensatórios da taxa de ocupação deficitária nos transportes marítimos inter-ilhas.

As despesas com ativos não financeiros cresceram tendo em conta o aumento das despesas com o programa de investimentos públicos, e em particular, com a execução de projetos ligados a programas como “Garantia de acesso ao rendimento, a educação, aos cuidados de saúde”, “Gestão e administração geral”, “Educação de excelência”, “Desenvolvimento integrado de saúde”, “Valorização das ilhas e recursos endógenos” e “Mercado de trabalho flexível e inclusivo”.

As receitas fiscais, por seu turno, contraíram, em grande medida, devido à queda na arrecadação de impostos sobre o rendimento, da contribuição turística e do tributo especial unificado. Esta diminuição traduz ainda, o impacto da crise da covid-19 na redução da atividade económica, particularmente, no setor turístico, e de medidas como **(1)** pagamento em prestações dos impostos, **(2)** alargamento e adiamento dos prazos de pagamento dos impostos pelos contribuintes do regime especial de micro e pequenas empresas (REMPE), e **(3)** dos efeitos da suspensão temporária de contratos de trabalho na cobrança de impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, bem como, do sistema de cobrança coerciva.

A necessidade de financiamento do Estado determinou o aumento do endividamento público, tanto junto aos bancos e outros credores nacionais, como junto dos credores externos, aumentando-se, assim, o stock da dívida do Estado (incluindo ou não os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira).

4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde

Dados provisórios de dezembro de 2021 indicam que o mercado segurador Cabo-Verdiano registou um aumento de cerca de 89 mil contos face a 2020, representando um crescimento de 3,1% da produção de Seguro Direto, a qual atingiu os 2,9 Milhões de contos invertendo a redução que se tinha observado em 2020 devido à pandemia.

Tal recuperação foi em virtude de alguma retoma da atividade económica, tendo o turismo tido um recomeço de actividades, embora lento, a partir do 3º trimestre o que contribui para esta recuperação do PIB, apesar de não ter mitigado integralmente a perda verificada em 2020.

O referido crescimento do mercado foi influenciado pelo comportamento do Ramo Vida.

O Vida cresceu 53,5% passando a valer praticamente 14.5% do total do Mercado, destacando-se o crescimento do Vida Financeiro.

O Ramo Não Vida decresceu 2,3%, atingindo mCVE 2.513.249 contra 2.572.740 passando a valer 85,5% do mercado. Essa redução teve haver com a ainda baixa performance dos Transportes e Turismo com consequências nos prémios do Aéreo, SOAT, RC e Patrimoniais.

Podemos assim afirmar que o setor segurador nacional manteve a sua posição de solidez, credibilidade e resiliência, conseguindo assegurar de forma eficaz a proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

No decurso do ano de 2021, foram publicadas duas legislações no âmbito do mercado Segurador Nacional, nomeadamente o Decreto-Lei 49/2021 (Alteração do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais) e o Decreto-Lei 55/2021 (Regime excecional e temporário relativo ao pagamento do prémio de seguro no âmbito da pandemia de COVID -19);

Assim e em resumo, as alterações legais ocorridas durante 2021 e com impacto na atividade seguradora Caboverdiana foram as seguintes:

Decreto-Lei 49/2021 (Alteração do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais)

Alteração do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, aprovado pelo Decreto-lei nº 58/2020, de 29 de julho, no que tange a data de entrada em vigor, e revogação do Decreto-lei nº 88/2020, de 28 de dezembro, que procedeu à anterior alteração deste Regime

Altera o artigo 105º do Decreto-lei nº 58/2020, de 29 de Julho.

Decreto-Lei 55/2021 (Regime excecional e temporário relativo ao pagamento do prémio de seguro no âmbito da pandemia de COVID -19)

Aprovação do regime excecional e temporário, no âmbito da pandemia da doença COVID -19, relativo ao pagamento do prémio de seguro e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução significativa ou de suspensão de atividade.

O presente diploma vigora até 31 de março de 2022, sem prejuízo do período de produção dos efeitos contratuais que decorram da aplicação do disposto nos artigos 2º e 3º (nos termos e para os efeitos do seu artigo 7º).

5. FACTOS RELEVANTES EM 2021

Ao longo do exercício foram reforçadas várias ações com o objetivo de consolidar o crescimento com sustentabilidade, através de uma estrutura de carteira equilibrada entre ramos, potenciando aqueles que tradicionalmente apresentam um nível de rentabilidade mais elevado. Esta estratégia centra-se, também, na qualidade do serviço prestado aos parceiros e clientes, conforme orientação do Plano Estratégico da Companhia.

Ao nível da comunicação e gestão da marca, em 2021, com o propósito de reforçar a notoriedade da marca IMPAR, renovamos as campanhas nos principais jornais nacionais.

Continuamos a aposta numa forte presença nos meios digitais, e na dinamização do Facebook e outras redes sociais, como forma de divulgação, angariação de clientes e criação de relação com a marca.

Responsabilidade Social

No âmbito da política de Patrocínio e Mecenato a ÍMPAR cooperou com diversas instituições que defendem causas socialmente relevantes, nomeadamente nas áreas social, saúde, desportiva e cultural:

- Protocolo com o Comité Olímpico Caboverdiano tendo em vista a preparação dos atletas nacionais para a participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio;
- Patrocínio à Fundação Amílcar Cabral, no âmbito da edição especial da revista “Novas Letras”;
- Patrocínio ao Mindelact;
- Ainda, patrocínios ao SI MA BÔ, Cruz Vermelha, Associação Caboverdiana de surdos, entre outros.

O ano 2021 foi marcado pela recuperação e reabertura da atividade económica de Cabo Verde, promovida pelo avanço da taxa de vacinação no país e pelo alívio das medidas de contenção e restrições impostas pela pandemia COVID-19. Não obstante as consequências adversas da pandemia na economia global, o sector dos seguros tem-se mantido estável, tendo a ÍMPAR registado um crescimento de 7,6%

5. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS

	2021	2020	Var 21 / 20 ABS	Var 21 / 20 %
Produção				
Vida	147 650	93 274	54 376	58,3%
Não Vida	944 853	922 026	22 827	2,5%
IMPAR	1 092 503	1 015 300	77 203	7,6%
Vida	426 150	277 683	148 467	53,5%
Não Vida	2 513 249	2 572 740	(59 491)	-2,3%
Mercado	2 939 399	2 850 423	88 976	3,1%
Vida	34,6%	33,6%		1,1%
Não Vida	37,6%	35,8%		1,8%
Quota	37,2%	35,6%		1,5%
Seguro Directo	492 542	469 876	22 666	4,8%
Prémios	1 092 503	1 015 300	77 203	7,6%
Sinistros	(327 060)	(320 537)	(6 522)	2,0%
Provisões	(67 226)	(15 498)	(51 728)	333,8%
Custos	(205 675)	(209 388)	3 713	-1,8%
Resseguro	(283 641)	(310 137)	26 496	-8,5%
Prémios	(332 633)	(388 320)	55 687	-14,3%
Sinistros	3 493	42 884	(39 391)	-91,9%
Provisões	(29 299)	(35 925)	6 627	-18,4%
Custos	74 798	71 225	3 573	5,0%
Resultados				
Resultado Técnico	208 901	159 739	49 162	30,8%
Seguro Directo	492 542	469 876	22 666	4,8%
Resseguro	(283 641)	(310 137)	26 496	-8,5%
Resultado Bruto	591 480	406 983	184 497	45,3%
Técnico	208 901	159 739	49 162	30,8%
Não Técnico (*)	382 579	247 243	135 335	54,7%
Resultado Líquido	539 438	370 600	168 837	45,6%
Resultado Bruto	591 480	406 983	184 497	45,3%
Imposto sobre o lucro	(52 042)	(36 382)	(15 660)	43,0%
Investimentos	4 105 035	3 522 661	582 374	16,5%
Financeiros	3 551 645	2 993 932	557 713	18,6%
Terrenos e Edifícios	553 389	528 728	24 661	4,7%
Provisões Técnicas	1 261 691	1 082 900	178 791	16,5%
Seguro Directo	1 646 380	1 532 781	113 599	7,4%
Resseguro	(384 689)	(449 882)	65 192	-14,5%
Capital Próprio	2 841 888	2 377 834	464 054	19,5%
Capital Social	400 000	400 000	-	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	1 902 450	1 607 234	295 217	18,4%
Resultado do Exercício	539 438	370 600	168 837	45,6%
Indicadores				
Rácio de Sinistralidade	29,9%	31,6%		-1,6%
Rácio de Despesa	18,8%	20,6%		-1,8%
Rácio Combinado	48,8%	52,2%		-3,4%
Taxa de Provisionamento	-6,2%	-1,5%		-4,6%
Rentabilidade técnica bruta	45,1%	46,3%		-1,2%
Taxa de Cedência (saldo de resseguro)	-26,0%	-30,5%		4,6%
Rentabilidade técnica líquida	19,1%	15,7%		3,4%
Rentabilidade não técnica	35,0%	24,4%		10,7%
Rentabilidade bruta	54,1%	40,1%		14,1%
Fiscalidade	4,8%	3,6%		1,2%
Rentabilidade líquida	49,4%	36,5%		12,9%
Taxa efectiva de imposto	8,8%	8,9%		-0,1%

(*) inclui todos os rendimentos

7. A ACTIVIDADE DA ÍMPAR EM 2021

7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2021, a ÍMPAR manteve o foco em medidas delineadas para a consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido o crescimento dos prémios em segmentos de maior rentabilidade, a promoção da redução da taxa de sinistralidade e melhoria dos rendimentos financeiros.

No que tange à Produção, a Companhia registou um crescimento de 7,6%, tendo atingido um volume de prémios de 1.092 milhões de contos contra os 1.015 milhões de contos de 2020. Ou seja, a produção cresceu 77.203 contos, sendo que, destes 54.376 devem-se ao ramo Vida. Os produtos financeiros crescem 56.571 mCVE, dos quais 47 mil contos são de Impar Investimento.

A rubrica de custos com sinistros apresentou o valor de mCVE 327.060, representando um acréscimo 2% face a 2020 (2019: mCVE 320.537). Este acréscimo teve notoriedade no ramo Transportes.

Ao nível do Resseguro Cedido a IMPAR manteve a sua política de cedência, caracterizada pelo rigor na escolha dos seus Resseguradores. Assim, renovaram-se as participações com basicamente o mesmo leque do ano anterior. O resultado do resseguro cedido, situou-se nos mCVE 283.641 com uma variação positiva de 9% face a 2020.

A política de investimentos adotada pela IMPAR, permitiu um retorno dos seus ativos na ordem dos mCVE 27.269 representando um aumento dos resultados financeiros na ordem dos 17% face a 2020.

O resultado líquido depois da estimativa de imposto situou-se nos mCVE 539.438, 168.837 mCVE acima dos 370.600 mCVE do ano 2020, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela valorização dos imóveis de rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os mCVE 160.932, mais 44.801 contos do que os mCVE 116.131 gerados no exercício anterior.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da ÍMPAR na melhoria da qualidade do serviço aos clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

7.2 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

SEGURO DIRETO	Prêmios emitidos				mCVE
	2021	%	2020	%	Var 21/20 %
Ramo / Grupo Ramos					
Vida	147 650	14%	93 274	9%	58%
Total I	147 650	14%	93 274	9%	58%
Não Vida					
Acidentes e doença	184 664	17%	170 519	17%	8%
Incêndio e outros danos	151 660	14%	156 622	15%	-3%
Automóvel	437 814	40%	375 943	37%	16%
Marítimo, aéreo e transportes	106 792	10%	155 078	15%	-31%
Responsabilidade civil geral	52 812	5%	52 074	5%	1%
Crédito e caução	11 110	1%	11 789	1%	-6%
Total II	944 853	86%	922 026	91%	2%
Total I + II	1 092 503	100%	1 015 300	100%	8%

A produção cresceu 77.209 mCVE (+7,6%) sendo que destes 54.406 devem-se ao ramo Vida. Os produtos financeiros crescem 56.571 mCVE, dos quais 47 mil contos são de Impar Investimento.

Os restantes ramos cresceram 22.802 mCVE (2,5%) destacando-se o Automóvel com mais 65.184 (+16,2%). O ramo Aviação teve 40.217 mCVE em 2021 contra 78.252 mCVE em 2020 (-38.035 contos -48,6%) essencialmente no cliente TACV.

Nos Acidentes destaque para a Perda de Licença (TACV) com menos 11.391 mCVE sendo de salientar o Assistência em Viagem que recuperou em relação a 2020 cerca de 5.631 mCVE.

A carteira apresentou uma boa performance (em termos de estabilidade da carteira), não obstante a estabilização dos ramos Não Vida. A produção de seguro direto atingiu mCVE 1.092.503 em 2021, o que reflecte um crescimento de +9% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação negativa na ordem dos -2,3 relativamente a 2020.

Esta variação negativa ocorre na concorrência.

O ramo Automóvel continuou a ter grande relevância na estrutura de prémios da Companhia.

7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

					mCVE
Custos com Sinistros Seguro Directo	2021	%	2020	%	Var 21/20%
Vida	21 567	7%	28 815	9%	-25%
Total I	21 567	7%	28 815	9%	-25%
Não Vida					
Acidentes e doença	26 650	8%	33 614	10%	-21%
Incêndio e outros danos	8 806	3%	19 943	6%	-56%
Automóvel	241 203	74%	223 471	70%	8%
Marítimo, aéreo e transportes	26 615	8%	10 760	3%	147%
Responsabilidade civil geral	2 219	1%	3 935	1%	-44%
Crédito e caução	0	0%	0	0%	
Total II	305 492	93%	291 723	91%	5%
Total I + II	327 060	100%	320 537	100%	2%

Os custos com sinistros de seguro directo em 2021 ascenderam a mCVE 327.060 registando-se globalmente um crescimento face ao ano anterior (2%). Esta variação centra-se sobretudo ao nível dos ramos Marítimo Cascos e Automóvel.

Em sentido inverso assistiu-se a um grande decréscimo nos ramos Incêndio, Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil.

A taxa de sinistralidade da ÍMPAR, calculada em função dos prémios adquiridos, situou-se nos 29,4%, 1,4 p.p. abaixo do ano anterior. Este decréscimo foi impulsionado pelos ramos Acidentes de Trabalho, que apresentou uma taxa de sinistralidade de 18%, registando uma diminuição de 11.3 p.p. face a 2020.

			%
Taxa de Sinistralidade (custos com sinistros/prémios brutos adquiridos)*	2021	2020	
Não Vida			
Acidentes e doença	14,7%	19,8%	
Acidentes de Trabalho	18,0%	29,3%	
Acidentes Pessoais	8,5%	4,0%	
Doença	18,4%	9,0%	
Incêndio e outros danos	5,7%	12,7%	
Automóvel	56,5%	59,5%	
Marítimo, aéreo e transportes	19,7%	6,0%	
Responsabilidade civil geral	4,1%	7,5%	
Diversos	0,0%	0,0%	
Total II	29,4%	30,8%	

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

7.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2021, um valor de mCVE 1.646 resultando numa variação de mais 7%, relativamente a 2020.

	mCVE		
Provisões Técnicas de Seguro Direto	2021	2020	Var 21/20%
Provisão para Prémios Não Adquiridos	326 724	346 262	-6%
Provisão Matemática Vida	239 831	154 229	56%
Provisão para Sinistros	1 079 825	1 032 290	5%
Vida	21 175	18 746	13%
Acidentes de Trabalho	98 789	90 206	10%
Automóvel	651 572	606 665	7%
Outros Ramos	308 288	316 673	-3%
Outras Provisões Técnicas	-	-	-
Total	1 646 380	1 532 781	7%

O aumento das Provisões Técnicas é consequência natural da excelência da carteira de prémios da Companhia, para fazer face às responsabilidades assumidas com os tomadores de seguros e em 2021 fruto do aumento das Provisões Matemáticas Vida dos produtos Financeiros.

7.5 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2021 registou o montante de mCVE 283.641, tendo apresentado uma variação negativa de 9%, face ao ano anterior.

As variações ocorridas nos prémios e comissões pautam-se dentro da dinâmica normal da nossa actividade. Relativo à rubrica "Sinistros e Variação das Provisões Técnicas" no Não Vida, a anulação da provisão de um grande sinistro em virtude do mesmo ter sido declinado pelos Resseguradores, implicou uma variação considerável, na ordem de - 100%.

A IMPAR apresentou um rácio de cedência dos prémios de 30%, 8 p.p. abaixo do ano anterior, fruto da redução da carteira de prémios dos seguros aeronáuticos.

O Programa de Resseguro respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital. O leque de Resseguradores da IMPAR mantém o elevado grau de performance, segurança financeira e de capacidade técnica para dar resposta às nossas demandas.

		mCVE	
Resseguro Cedido	2021	2020	Var 21/20%
Vida	15 478	18 473	-16%
Prémios	40 922	36 019	14%
Comissões	18 569	10 867	71%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	6 875	6 679	3%
NãoVida	268 163	291 664	-8%
Prémios	291 711	352 301	-17%
Comissões	56 229	60 358	-7%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	-32 680	279	
Resultado	283 641	310 137	-9%

7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2021 foi de mCVE 388.445 e apresenta um aumento de 6% em relação ao ano anterior.

		mCVE	
Saldo Técnico Líquido de Resseguro*	2021	2020	Var 21/20%
Acidentes e doença	129 483	119 811	8%
Incêndio e outros danos	59 068	40 371	46%
Automóvel	167 560	154 592	8%
Marítimo, aéreo e transportes	12 719	27 343	-53%
Responsabilidade civil geral	14 512	10 865	34%
Crédito e caução	5 103	12 147	-58%
Total	388 445	365 129	6%

* excluído custos imputados às funções

7.7 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos de gestão apresentam uma diminuição 2,4% face a 2020, essencialmente nos Recursos Humanos e Instalações (menos custos Covid19). Os Impostos e Taxas devido a não haver agora custo com o FGA que passou a ser suportado pelo segurado; Aliados na prossecução da estratégia de contenção e controlo dos gastos.

mCVE			
Custos Operacionais	2021	2020	VAR 21 / 20 %
Custos com Pessoal	132 525	133 830	-1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	50 422	49 950	0,9%
Impostos	10 199	13 141	-22,4%
Amortizações	17 109	18 609	-8,1%
Total	210 254	215 530	-2,4%

7.8. INVESTIMENTOS

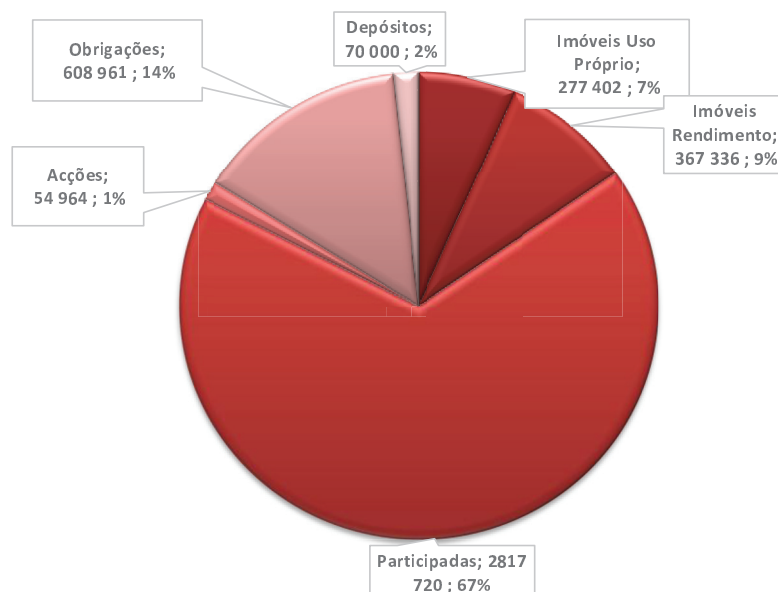
Em 2021, a carteira de investimentos da Companhia atingiu o valor mCVE 4.157.094 com uma variação positiva de 15% face ao ano anterior.

O investimento em Participadas representou a maior fatia com 67% do total da carteira, sendo de destacar a participação no BCN.

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia

A atividade financeira da IMPAR, registou uma rentabilidade 2,5% para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e a diversificação da carteira.

A composição da carteira de ativos no final de 2021 era a seguinte:



7.9 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2021, o quadro de pessoal ativo da IMPAR comportava um total de 70 colaboradores.

A idade média dos colaboradores da Companhia é de 40 anos e a antiguidade média é de 11 anos, podendo ser considerado um vínculo contratual estável. A estratégia definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros excelentes colaboradores, de modo que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

No que tange a distribuição por gênero, 74% são do gênero feminino e 26% masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações acadêmicas, apurou-se 26 colaboradores com ensino superior, 42 com enquadramento no ensino secundário e 2 com ensino básico.

No âmbito da política de benefícios sociais a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, proporcionou aos seus colaboradores um conjunto de benefícios, nomeadamente Seguro de Vida, Seguro de Saúde que garante o reembolso parcial das despesas médicas, Seguro Facultativo Acidentes de Trabalho, desconto nos demais Seguros Facultativos, concessão de empréstimos com bonificação nos juros.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2021, em cerca de 200 horas de formação, abrangendo a 19 Colaboradores, em domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação de desempenho, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

Código de conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta no qual se encontram espelhados os valores os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores. O código baseia-se em valores de transparência, honestidade, respeito, responsabilidade e na procura pela excelência na relação com clientes, parceiros, fornecedores e restantes stakeholders.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade, encontram-se definidos no código de conduta.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Mitigação e prevenção de riscos laborais;
- Políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos laborais.
- O código de conduta da Companhia é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.
- Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;
- Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;
- Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Resultados	2021	2020	21 / 20
Seguro Directo	492 542	469 876	22 666
Prémios Brutos	1 092 503	1 015 300	77 203
Prémios Diferidos	18 376	25 515	-7 139
Sinistros Técnicos	-297 697	-300 873	3 176
Sinistros Outros	-29 362	-19 664	-9 699
Outras Provisões	-85 603	-41 013	-44 589
Custos Exploração	-205 675	-209 388	3 713
Resseguro	-283 641	-310 137	26 496
Prémios Brutos	-332 633	-388 320	55 687
Prémios Diferidos	-29 299	-35 925	6 627
Sinistros Técnicos	3 493	42 884	-39 391
Custos Exploração	74 798	71 225	3 573
Estrutura	330 537	210 861	119 676
Rendimentos	400 661	267 054	133 607
Outros Resultados	-18 083	-19 810	1 728
Imposto s/Lucros	-52 042	-36 382	-15 660
Resultado	539 438	370 600	168 837

Os resultados incluem o valor da equivalência patrimonial do BCN e da IMOPAR, respectivamente, nos montantes de 385.350 mCVE e 1.593 mCVE e Valorização negativa dos imóveis de Rendimento no montante de (8.437 mCVE) perfazendo o total de 378.506 mCVE em 2021 e de 254.469 mCVE em 2020. Sem estes, o resultado líquido seria 160.932 mCVE em 2021 e de 116.131 mCVE em 2020, ou seja, uma variação positiva de 44.801 mCVE, que corresponde a 39%.

O resultado técnico de Seguro Direto contribui com 22,7 mil contos para a variação do resultado global, sendo que todos os ramos apresentam saldo positivo.

O resultado técnico de Resseguro contribui com 26.5 mil contos para a variação do resultado global.

7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido apresenta o valor de mCVE 539.438, o que representa mCVE 168.837 abaixo dos mCVE 370.600 de 2020.

Os resultados incluem o valor do MEP e valorização dos imóveis de Rendimento de mCVE 378.506 em 2021 e de mCVE 254.469 em 2020. Sem estes, o resultado líquido seria de mCVE 160.932 em 2021 e de mCVE 116.131 em 2020, ou seja, uma variação positiva de mCVE 44.801.

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 20% passando a valer 2.841.888 contos.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de Capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a implementação da Solvência II em Cabo Verde.

O rácio de cobertura da Margem de Solvência correspondente a 630%, situando-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Mantêm-se o sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, determinante para a proteção e fortalecimento da Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema acrescenta valor à Companhia e dota-a de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que foram instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;

- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2020 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);
- Implementação da função de controlo Actuarial;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

8. PERSPETIVAS PARA 2022

Depois de 2 anos de pandemia, que ainda perdura e se faz sentir em muitas regiões do mundo, segue-se agora um novo drama que irradia do centro da Europa e que ameaça transformar-se numa tragédia à escala global.

As tensões vividas nos últimos anos na fronteira leste da Ucrânia com a Rússia, seguidas de manobras militares prolongadas e ameaçadoras ao longo das fronteiras da Ucrânia com a Rússia e a Bielorrússia, culminaram com a invasão da Ucrânia pela Rússia e provocaram uma guerra terrível que ninguém imaginava ser possível na Europa do século XXI.

As consequências nefastas deste conflito, para além da morte e sofrimento de inocentes, dos dramas de milhões de refugiados e da destruição de um país independente, estão já a fazer sentir-se por todo o mundo, seja pelo efeito das sanções declaradas pela maioria dos países, seja pelo aumento brutal do preço dos combustíveis, dos cereais e das matérias primas em geral.

Num contexto em que se perspetivava para 2022 uma recuperação significativa da economia mundial, fruto dos avanços no controlo da pandemia do SARS-cov 2, enfrentamos agora fortes ameaças para a estabilidade no curto, médio e longo prazo.

É neste cenário macroeconómico pouco animador que a IMPAR tem de se preparar para as novas dificuldades que a sua atividade irá enfrentar daqui para a frente continuando a procurar soluções adequadas às circunstâncias que o País irá enfrentar e trazendo respostas às demandas que esta realidade nos impõe.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2021 os mCVE 539.438, dos quais apenas 158.642 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 150.000 contos

Reservas livres: 389.438 contos

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Ao Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Cidade do Mindelo, 08 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração



Luís Vasconcelos Lopes
Presidente



Paulo Jorge de Oliveira Lima
Vice-Presidente



António Raposo Correia
Administrador Delegado



Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador



Sandra Almiro Coimbra
Administradora



II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Unid: CVE

ACTIVO	Notas	31/12/2021			2020
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	172 828 603	-	172 828 603	86 257 003
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	2 817 720 004	-	2 817 720 004	2 406 160 971
Activos disponíveis para venda	18	65 463 643	-	65 463 643	65 463 643
Empréstimos e contas a receber	19	70 000 000	-	70 000 000	-
Outros depósitos	19	70 000 000	-	70 000 000	-
Investimentos a deter até à maturidade	20	598 461 538	-	598 461 538	522 307 692
<i>Terrenos e edifícios</i>	21	644 738 430	(91 349 061)	553 389 369	528 728 313
Terrenos e edifícios de serviço próprio	21	277 402 270	(91 349 061)	186 053 209	201 556 494
Terrenos e edifícios de rendimento	21	367 336 160	-	367 336 160	327 171 819
Outros activos tangíveis	22	158 770 958	(143 263 679)	15 507 279	16 064 876
Inventários	22	391 354	-	391 354	591 354
Outros activos intangíveis	23	18 689 867	(18 689 852)	15	15
<i>Provisões técnicas de resseguro cedido</i>	24	384 689 336	-	384 689 336	449 881 548
Provisões para prémios não adquiridos	24	129 878 634	-	129 878 634	159 177 363
Provisão para sinistros	24	254 810 702	-	254 810 702	290 704 185
<i>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</i>	25	336 393 445	(117 694 029)	218 699 416	295 746 436
Contas a receber por operações de seguro directo	25	309 174 085	(117 694 029)	191 480 056	262 134 219
Contas a receber por outras operações de resseguro	25	17 221 537	-	17 221 537	11 179 547
Contas a receber por outras operações	25	9 997 823	-	9 997 823	22 432 670
<i>Activos por impostos</i>	26	21 776 984	-	21 776 984	19 352 037
Activos por impostos correntes	26	267 908	-	267 908	132 692
Activos por impostos diferidos	26	21 509 076	-	21 509 076	19 219 345
Acréscimos e diferimentos	27	8 556 277	-	8 556 277	8 411 326
Outros elementos do activo		2 140 000	-	2 140 000	11 413 750
TOTAL ACTIVO		5 300 620 438	(370 996 621)	4 929 623 817	4 410 378 964

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Unid: CVE

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2021	2020
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	30	400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	15 000	15 000
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	31	15 000	15 000
Outras reservas	31	1 361 977 192	1 063 199 131
Resultados transitados	31	540 458 294	544 019 803
Resultado do exercício	32	539 437 615	370 600 345
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2 841 888 101	2 377 834 278
PASSIVO			
Provisões técnicas	24	1 646 380 341	1 532 781 091
Provisão para prémios não adquiridos	24	326 724 342	346 262 159
Provisão para seguros e operações do ramo vida	24	237 915 749	153 022 398
Provisão para sinistros	24	1 079 824 892	1 032 290 349
De vida	24	21 175 185	18 745 885
De acidentes de trabalho	24	97 990 227	89 871 901
De automóvel	24	615 447 545	575 864 063
De outros ramos	24	345 211 935	347 808 500
Provisões para participação nos resultados	24	1 915 358	1 206 184
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	198 453 089	271 897 103
Contas a pagar por operações de seguro directo	28	9 298 495	18 921 405
Contas a pagar por outras operações de resseguro	28	127 289 798	190 061 190
Contas a pagar por outras operações	28	61 864 796	62 914 508
Passivos por impostos	26	54 434 830	37 853 856
Passivos por impostos correntes	26	54 434 830	37 853 856
Acréscimos e diferimentos	27	15 560 190	17 105 370
Outras provisões	29	172 907 266	172 907 266
TOTAL PASSIVO		2 087 735 716	2 032 544 685
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		4 929 623 817	4 410 378 964

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Unid: CVE

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Exercício 2021				2020
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	
<i>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</i>	5	105 297 541	643 649 861	-	748 947 402	616 460 967
<i>Prémios brutos emitidos</i>	5	147 650 387	944 852 844	-	1 092 503 231	1 015 300 005
<i>Prémios de resseguro cedido</i>	5	(40 921 955)	(291 711 172)	-	(332 633 127)	(388 320 181)
<i>Provisão para prémios não adquiridos (variação)</i>	5	612 414	17 763 613	-	18 376 027	25 515 280
<i>Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)</i>	5	(2 043 305)	(27 255 424)	-	(29 298 729)	(36 034 137)
<i>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</i>	6	(12 649 399)	(310 917 355)	-	(323 566 754)	(277 653 601)
<i>Montantes pagos</i>	6	(16 408 384)	(223 020 500)	-	(239 428 884)	(201 869 990)
<i>Montantes brutos</i>	6	(19 137 985)	(259 677 258)	-	(278 815 243)	(253 545 756)
<i>Parte dos resseguradores</i>	6	2 729 601	36 656 758	-	39 386 359	51 675 766
<i>Provisão para sinistros (variação)</i>	6	3 758 985	(87 896 855)	-	(84 137 870)	(75 783 611)
<i>Montante bruto</i>	6	(2 429 300)	(45 815 087)	-	(48 244 387)	(66 991 521)
<i>Parte dos resseguradores</i>	6	6 188 285	(42 061 768)	-	(35 873 483)	(8 792 090)
<i>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</i>	8	(84 893 350)	-	-	(84 893 350)	(40 718 065)
<i>Montante bruto</i>	8	(84 893 350)	-	-	(84 893 350)	(40 826 749)
<i>Parte dos resseguradores</i>	8	-	-	-	-	108 684
<i>Participação nos resultados, líquida de resseguro</i>	9	(709 174)	-	-	(709 174)	(186 699)
<i>Custos e gastos de exploração líquidas</i>	10	(17 065 935)	(188 609 111)	-	(205 675 046)	(209 388 421)
<i>Custos de aquisição</i>	10	(7 787 264)	(97 685 518)	-	(105 472 782)	(108 152 585)
<i>Custos de aquisição diferidos (variação)</i>	10	(2 042 806)	3 204 596	-	1 161 790	900 021
<i>Gastos administrativos</i>	10	(7 235 865)	(94 128 189)	-	(101 364 054)	(102 135 857)
<i>Comissões e participação nos resultados de resseguro</i>	10	18 569 133	56 228 890	-	74 798 023	71 225 315
<i>Rendimentos</i>	12	9 765 547	16 693 102	810 000	27 268 649	23 316 278
<i>De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>	12	9 765 547	12 971 644	810 000	23 547 191	19 346 586
<i>Outros</i>	12	-	3 721 458	-	3 721 458	3 969 690
<i>Gastos financeiros</i>	13	-	(9 613 445)	-	(9 613 445)	(10 732 006)
<i>Outros</i>	13	-	(9 613 445)	-	(9 613 445)	(10 732 006)
<i>De outros</i>	13	-	-	-	-	1 011 000
<i>Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</i>	21	200 000	(6 440 000)	(2 196 840)	(8 436 840)	-
<i>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</i>	-	-	-	4 500 066	4 500 066	-
<i>De activos disponíveis para venda</i>	-	-	-	4 500 066	4 500 066	-
<i>Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro</i>	-	1 486	-	-	1 486	9 477
<i>Outras provisões (variação)</i>	14	-	-	(7 962 977)	(7 962 977)	(13 160 350)
<i>Outros rendimentos / gastos</i>	15	-	-	(10 121 050)	(10 121 050)	(6 659 576)
<i>Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial</i>	17	-	386 942 825	-	386 942 825	253 458 488
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		18 515 849	587 934 767	(14 970 801)	591 479 815	406 982 805
<i>Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes</i>	26	-	-	(54 331 931)	(54 331 931)	(36 382 460)
<i>Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos</i>	-	-	-	2 289 731	2 289 731	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18 515 849	587 934 767	(67 013 001)	539 437 615	370 600 344

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Unid: CVE

Rubricas	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	539 437 615	370 600 344
Provisões Técnicas Seguro Directo	113 599 250	81 558 302
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	65 192 212	44 717 543
Provisão para prémios em cobrança	7 962 977	13 160 350
Amortizações	17 108 576	18 609 270
Equivalência Patrimonial	(380 795 716)	(254 469 488)
Prémios em Cobrança	62 197 645	(49 264 167)
Operações Seguro Directo	(8 130 807)	(73 670)
Operações Resseguro	(68 813 382)	22 692 561
Estado e outros entes públicos	16 445 758	19 658 739
Outros	15 360 257	8 716 681
Acréscimos e Diferimentos	(1 690 131)	1 739 499
Fluxos das actividades operacionais (1)	377 874 254	277 645 964
Actividades de Investimento		
Imóveis	(41 908 181)	14 659 728
Titulos Rendimento Fixo	(71 653 780)	(166 153 846)
Outros Investimentos	(70 000 000)	-
Imobilizações corpóreas	(7 740 693)	(2 319 585)
Fluxos das actividades de Investimento (2)	(191 302 654)	(153 813 703)
Actividades de Financiamento		
Pagamento dividendos	(100 000 000)	(100 000 000)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(100 000 000)	(100 000 000)
Variação de caixa e seus equivalentes	86 571 600	23 832 261
Caixa e seus equivalentes no início do período	86 257 003	62 424 741
Caixa e seus equivalentes no final do período	172 828 603	86 257 003

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

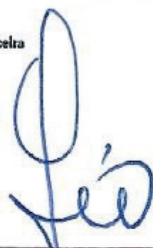
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transfidos	Resultado líquido do Exercício			Total
Balanco a 31 de Dezembro de 2020		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	-	544 019 803	370 600 344	2 377 834 278	-	2 377 834 278
Correcções do erro (IASB)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco de abertura em 01 de Janeiro de 2021		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	-	544 019 803	370 600 344	2 377 834 278	-	2 377 834 278
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	-	270 600 344	-	-	-	-	(270 600 344)	-	-	-
Distribuição de reservas	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100 000 000)	(100 000 000)	-	(100 000 000)
Distribuição de Lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-	-	-	-	-	28 177 717	-	-	-	(3 561 509)	-	24 616 208	-	24 616 208
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 274 464 192	-	15 000	-	540 458 294	-	2 302 458 486	-	2 302 458 486
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2020	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	539 437 615	539 437 615	-	539 437 615
Balanco a 31 de Dezembro de 2021		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 274 464 192	-	15 000	-	540 458 294	539 437 615	2 841 888 101	-	2 841 888 101

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DESCRIÇÃO	Nota	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em ativos Financeiros	Outras Variações no capital próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanco a 31 de Dezembro de 2019		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	680 367 152	-	15 000	-	538 429 233	395 318 979	2 101 643 364	-	2 101 643 364
Correcções do erro (IASB)	39														
Balanco de abertura em 01 de Janeiro de 2020		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	680 367 152	-	15 000	-	538 429 233	395 318 979	2 101 643 364	-	2 101 643 364
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31						295 318 979					(295 318 979)			
Distribuição de reservas	33											(100 000 000)	(100 000 000)		(100 000 000)
Distribuição de Lucros															
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17										5 590 570		5 590 570		5 590 570
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	-	544 019 803	-	2 007 233 934	-	2 007 233 934
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2019	32											370 600 344	370 600 344		370 600 344
Balanco a 31 de Dezembro de 2020		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	-	544 019 803	370 600 344	2 377 834 278	-	2 377 834 278

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração





III – ANEXO ÀS CONTAS

Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. ("IMPAR ou Companhia"), com Sede Social na Praça Amílcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O Capital da Companhia é integralmente Caboverdiano, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais.

A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, com a amplitude consentida pela lei; podendo exercer actividades conexas ou complementares de seguro ou resseguro a que se dedica. Tem desenvolvido a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida e utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reaseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Sueca Sirius.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2021 o ramo Vida representou 14% dos prémios brutos emitidos. Os ramos Não Vida representaram 86%

da carteira dos prémios brutos emitidos, onde destacam-se os ramos Automóvel, representando 40% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 14% e Acidentes e Doença 17%.

O resultado líquido do exercício de 2021 fixou-se nos 539.438 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela Valorização dos imóveis de Rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 160.932 contra os 116.131 contos gerados no exercício anterior.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As mesmas já foram aprovadas pelo CA em oito de fevereiro de 2022.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2021, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2020.

As demonstrações financeiras estão expressas em escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram

igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expressos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticas e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
 - Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
 - Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-vedianos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispendios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispendios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia

venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem os valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente. De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2016 a 2020 podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise

quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja, corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados ou participados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2021 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2021 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas

utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2021 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tabela de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão

para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que a informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rubricas de balanço e da demonstração de resultados:

2021	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	147 650	944 853	184 664	151 660	437 814	106 792	52 812	11 110	1 092 503
Prémios Resseguro Cedido	40 922	291 711	40 344	98 424	17 153	88 187	38 922	8 681	332 633
Prémios brutos não adquiridos (variação)	-612	-17 764	2 876	-2 750	11 183	-28 115	-1 299	342	-18 376
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	-2 043	-27 255	1 039	-3 083	0	-25 972	142	617	-29 299
Custos com sinistros brutos	21 567	305 492	26 742	8 824	241 032	26 671	2 223	0	327 060
Custos com sinistros Resseguro Cedido	8 918	-5 425	4 706	-483	-9 879	3 937	-3 706	0	3 493
Comissões brutas	17 066	188 609	35 733	32 482	84 274	23 273	10 799	2 048	205 675
Comissões de Resseguro Cedido	18 569	56 229	9 692	23 364	0	14 105	6 667	2 401	74 798
Outras Provisões	85 603	0	0	0	0	0	0	0	85 603
Resultado Técnico	8 549	200 352	94 406	34 479	74 294	-11 155	5 270	3 058	208 901
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	290 591	1 355 789	140 679	93 218	775 495	267 386	64 486	14 525	1 646 380
Provisões técnicas Resseguro Cedido	34 704	349 985	56 666	62 362	120 053	60 102	45 911	4 892	384 689

2020	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	93 274	922 026	170 519	156 622	375 943	155 078	52 074	11 789	1 015 300
Prémios Resseguro Cedido	36 019	352 301	31 903	121 021	15 059	135 822	40 845	7 651	388 320
Prémios brutos não adquiridos (variação)	1 603	-27 118	432	-1 024	330	-24 847	-295	-1 715	-25 515
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	808	-36 734	-2 477	-11 128	0	-23 238	-4 166	4 275	-35 925
Custos com sinistros brutos	28 815	291 723	33 492	19 942	223 595	10 760	3 935	0	320 537
Custos com sinistros Resseguro Cedido	5 871	37 013	8 769	15 733	8 354	862	3 295	0	42 884
Comissões brutas	13 696	195 692	34 935	41 043	75 705	29 150	12 067	2 791	209 388
Comissões de Resseguro Cedido	10 867	60 358	9 137	26 478	0	17 601	5 122	2 020	71 225
Outras Provisões	41 013	0	0	0	0	0	0	0	41 013
Resultado Técnico	-10 326	170 066	85 185	6 722	69 608	-582	-225	9 358	159 739
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	201 129	1 331 652	125 747	119 570	720 709	285 390	66 059	14 177	1 532 781
Provisões técnicas Resseguro Cedido	30 559	419 322	52 393	82 568	137 326	91 260	51 500	4 275	449 882

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2021	%	2020	%	2021	2020	2021	%	2020	%
Ramo / Grupo Ramos										
Vida	147 650	14%	93 274	9%	612	-1 603	148 263	13%	91 671	9%
Total I	147 650	14%	93 274	9%	612	-1 603	148 263	13%	91 671	9%
Não Vida										
Acidentes e doença	184 664	17%	170 519	17%	-2 876	-432	181 788	16%	170 087	16%
Incêndio e outros danos	151 660	14%	156 622	15%	2 750	1 024	154 410	14%	157 645	15%
Automóvel	437 814	40%	375 943	37%	-11 183	-330	426 631	38%	375 613	36%
Marítimo, aéreo e transportes	106 792	10%	155 078	15%	28 115	24 847	134 907	12%	179 926	17%
Responsabilidade civil geral	52 812	5%	52 074	5%	1 299	295	54 111	5%	52 369	5%
Crédito e caução	11 110	1%	11 789	1%	-342	1 715	10 769	1%	13 505	1%
Total II	944 853	86%	922 026	91%	17 764	27 118	962 616	87%	949 144	91%
Total I + II	1 092 503	100%	1 015 300	100%	18 376	25 515	1 110 879	100%	1 040 815	100%

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2021 e 2020:

RESSEGURO CEDIDO		Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos		2021	%	2020	%	2021	2020	2021	%	2020	%
Vida		40 922	9%	36 019	8%	2 043	-808	42 965	8%	35 211	9%
Total I		40 922	9%	36 019	8%	2 043	-808	42 965	8%	35 211	9%
Não Vida											
Acidentes e doença		40 344	8%	31 903	14%	-1 039	2 477	39 305	8%	34 380	15%
Incêndio e outros danos		98 424	31%	121 021	26%	3 083	11 128	101 507	31%	132 148	27%
Automóvel		17 153	4%	15 059	3%	0	0	17 153	4%	15 059	3%
Marítimo, aéreo e transportes		88 187	35%	135 822	35%	25 972	23 238	114 159	37%	159 060	28%
Responsabilidade civil geral		38 922	11%	40 845	13%	-142	4 166	38 780	11%	45 010	15%
Crédito e caução		8 681	2%	7 651	1%	-617	-4 275	8 064	1%	3 376	2%
Total II		291 711	91%	352 301	92%	27 255	36 734	318 967	92%	389 034	91%
Total I + II		332 633	100%	388 320	100%	29 299	35 925	361 932	100%	424 246	100%

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro cedido e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2021 e 2020. A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reaseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Sueca Sirius.

LIQUIDO DE RESSEGURO		Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos		2021	%	2020	%	2021	2020	2021	%	2020	%
Vida		106 728	14%	57 255	9%	-1 431	-795	105 298	14%	56 460	9%
Total I		106 728	14%	57 255	9%	-1 431	-795	105 298	14%	56 460	9%
Não Vida											
Acidentes e doença		144 319	19%	138 616	22%	-1 837	-2 910	142 482	19%	135 707	22%
Incêndio e outros danos		53 236	7%	35 601	6%	-332	-10 104	52 904	7%	25 497	4%
Automóvel		420 662	55%	360 884	58%	-11 183	-330	409 479	55%	360 554	58%
Marítimo, aéreo e transportes		18 606	2%	19 256	3%	2 143	1 609	20 749	3%	20 865	3%
Responsabilidade civil geral		13 890	2%	11 229	2%	1 442	-3 871	15 331	2%	7 358	1%
Crédito e caução		2 429	0%	4 138	1%	276	5 990	2 705	0%	10 129	2%
Total II		653 142	86%	569 725	91%	-9 492	-9 615	643 650	86%	560 110	91%
Total I + II		759 870	100%	626 980	100%	-10 923	-10 410	748 947	100%	616 570	100%

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2021:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos	Variação da	Custos
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Provisão	com
	1	Sinistros	sinistros
		2	(1) + (2) + (3)
Vida	17 995	1 143	2 429
Total I	17 995	1 143	21 567
Não Vida			
Acidentes e doença	13 198	1 229	12 223
Incêndio e outros danos	28 178	406	-19 779
Automóvel	184 070	11 127	46 006
Marítimo, aéreo e transportes	17 627	1 228	7 760
Responsabilidade civil geral	2 511	102	-395
Crédito e caução	0	0	0
Total II	245 585	14 093	45 815
Total I + II	263 580	15 235	48 244
			327 060

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2020:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos	Variação da	Custos
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Provisão	com
	1	Sinistros	sinistros
		2	(1) + (2) + (3)
Vida	19 325	1 150	8 340
Total I	19 325	1 150	8 340
Não Vida			
Acidentes e doença	11 651	1 634	20 329
Incêndio e outros danos	9 044	970	9 929
Automóvel	159 179	10 865	53 427
Marítimo, aéreo e transportes	34 979	523	-24 742
Responsabilidade civil geral	4 036	191	-292
Crédito e caução	0	0	0
Total II	218 888	14 183	58 652
Total I + II	238 213	15 333	66 992
			320 537

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2021:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO				
Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações	Custos de gestão imputados	Variação da Provisão Sinistros	Custos com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	2 730	0	6 188	8 918
Total I	2 730	0	6 188	8 918
Não Vida				
Acidentes e doença	1 472	0	3 234	4 706
Incêndio e outros danos	16 641	0	-17 124	-483
Automóvel	7 395	0	-17 274	-9 879
Marítimo, aéreo e transportes	9 123	0	-5 186	3 937
Responsabilidade civil geral	2 026	0	-5 732	-3 706
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	36 657	0	-42 082	-5 425
Total I + II	39 386	0	-35 893	3 493

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2020:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO				
Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações	Custos de gestão imputados	Variação da Provisão Sinistros	Custos com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	5 976		-105	5 871
Total I	5 976	0	-105	5 871
Não Vida				
Acidentes e doença	3 165		5 604	8 769
Incêndio e outros danos	5 628		10 105	15 733
Automóvel	12 025		-3 671	8 354
Marítimo, aéreo e transportes	21 483		-20 621	862
Responsabilidade civil geral	3 399		-104	3 295
Crédito e caução	0		0	0
Total II	45 700	0	-8 687	37 013
Total I + II	51 676	0	-8 792	42 884

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2021:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO				
Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações	Custos de gestão imputados	Variação da Provisão Sinistros	Custos com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	15 266	1 143	-3 759	12 649
Total I	15 266	1 143	-3 759	12 649
Não Vida				
Acidentes e doença	11 725	1 229	8 989	21 944
Incêndio e outros danos	11 538	406	-2 655	9 289
Automóvel	176 675	11 127	63 280	251 082
Marítimo, aéreo e transportes	8 504	1 228	12 947	22 679
Responsabilidade civil geral	485	102	5 336	5 924
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	208 928	14 093	87 897	310 917
Total I + II	224 193	15 235	84 138	323 567

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2020:

CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO				
Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações	Custos de gestão imputados	Variação da Provisão Sinistros	Custos com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	13 349	1 150	8 444	22 944
Total I	13 349	1 150	8 444	22 944
Não Vida				
Acidentes e doença	8 486	1 634	14 725	24 845
Incêndio e outros danos	3 416	970	-175	4 210
Automóvel	147 154	10 865	57 098	215 117
Marítimo, aéreo e transportes	13 496	523	-4 121	9 898
Responsabilidade civil geral	637	191	-188	640
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	173 188	14 183	67 339	254 710
Total I + II	186 537	15 333	75 784	277 654

7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

A rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro, nos exercícios de 2021 e 2020 inclui apenas a variação da provisão para riscos em curso. Ver Nota 24.5 .

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

9 – Participação nos resultados, líquido de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4 .

10 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

Custos e gastos de exploração líquidos	2021	2020
Custos de aquisição	16 048	15 697
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	89 425	92 456
Custos de aquisição diferidos	-1 162	-900
Custos Administrativos	5 384	5 126
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	95 980	97 010
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-74 798	-71 225
Total	130 877	138 163

Custos e Gastos de Exploração	2021			2020		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Ramo / Grupo Ramos						
Vida	17 066	18 569	-1 503	13 696	10 867	2 829
Total I	17 066	18 569	-1 503	13 696	10 867	2 829
Acidentes e doença	35 733	9 692	26 041	34 935	9 137	25 799
Incêndio e outros danos	32 482	23 364	9 118	41 043	26 478	14 566
Automóvel	84 274	0	84 274	75 705	0	75 705
Marítimo, aéreo e transportes	23 273	14 105	9 168	29 150	17 601	11 550
Responsabilidade civil geral	10 799	6 667	4 132	12 067	5 122	6 944
Crédito e caução	2 048	2 401	-353	2 791	2 020	771
Total II	188 609	56 229	132 380	195 692	60 358	135 334
Total I + II	205 675	74 798	130 877	209 388	71 225	138 163

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é a seguinte:

2 021	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativo s		Custos Investimento s		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 602	70%	55 660	62%	66 262	69%	0	0%	132 525	63%
Fornecimentos e serviços externos	4 034	26%	21 177	24%	25 211	26%	0	0%	50 422	24%
Impostos	0	0%	9 439	11%	760	1%	0	0%	10 199	5%
Amortizações	600	4%	3 148	4%	3 748	4%	9 613	100%	17 109	8%
Total	15 235	100%	89 425	100%	95 980	100%	9 613	100%	210 254	100%

2020	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 706	70%	56 209	61%	66 915	69%	0	0%	133 830	62%
Fornecimentos e serviços externos	3 996	26%	20 979	23%	24 975	26%	0	0%	49 950	23%
Impostos	0	0%	11 960	13%	1 181	1%	0	0%	13 141	6%
Amortizações	630	4%	3 308	4%	3 939	4%	10 732	100%	18 609	9%
Total	15 333	100%	92 456	100%	97 010	100%	10 732	100%	215 530	100%

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020
Electricidade	4 236	4 446
Combustíveis	1 764	1 434
Água	338	463
Impressos	711	917
Material de Escritório	2 089	1 641
Livros e documentação técnica	18	0
Artigos para oferta	4	262
Rendas e Alugueres	0	480
Despesas de Representação	69	77
Comunicação	3 929	3 441
Seguros	1 805	1 774
Deslocações e Estadas	858	1 050
Honorários	1 645	1 842
Conservação e Reparação	6 613	4 900
Publicidade e Propaganda	6 936	7 317
Vigilância e Segurança	6 412	6 026
Trabalhos Especializados	6 561	6 472
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	6 435	7 409
Total	50 422	49 950

A quase nula variação decorre da estratégia de contenção e controlo dos gastos.

A rubrica “Trabalhos Especializados” inclui entre outros as Auditorias.

O acréscimo na rubrica Combustíveis deve-se à retoma na integra da actividade comercial bem como os gastos na rubrica Material de Escritório.

A redução na rubrica “rendas e alugueres” foi fruto da integração do escritório sito na Boavista na rede dos balcões BCN.

O montante registado em “Vigilância e segurança” refere-se a serviços de vigilância das nossas instalações, que foi reforçada face às medidas de prevenção e contenção da pandemia COVID-19. Em 2020 iniciou-se apenas em Março/Abril.

Em 2021 foi remodelado o exterior da Sede Social no Mindelo, incluído na rubrica Conservação e Reparação.

O valor da rubrica “Outros fornecimentos e Serviços” inclui entre outros, materiais de limpeza, higiene e conforto, nomeadamente máscaras, álcool gel, igualmente enquadradas nas medidas de prevenção e contenção da pandemia COVID-19 e apesar do abrandamento das medidas de contenção e restrição impostas, mantiveram-se alguns gastos.

11.2 - Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Custos com o Pessoal	2021	2020
Remunerações - órgãos sociais	22 551	27 385
Remunerações - pessoal	85 607	85 653
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	1 073	1 073
Encargos sobre remunerações - pessoal	14 015	13 554
Seguros	6 981	5 638
Custos de acção social	722	252
Formação	522	231
Outros	1 054	45
Total	132 525	133 830

Na rubrica de “Encargos sobre remunerações”, a Empresa regista os encargos com a Previdência Social, correspondentes a 16% dos ordenados e salários, horas extraordinárias, subsídios, e outras remunerações de carácter permanente.

A rubrica “Seguros” inclui prémios de seguros dos ramos Vida, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o numero de pessoal foi de 70 colaboradores contra 69 em 2020.

Alocação dos Trabalhadores	2021	2020
Direcção	5	6
Quadros técnicos	23	21
Quadros administrativos	36	36
Outros	6	6
	70	69

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RENDIMENTOS	2021	2020
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	3 613	3 214
Obrigações	6 152	3 932
	9 766	7 147
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	7 899	4 341
Outros depósitos	334	-
	8 232	4 341
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	-	-
Acções	-	1 654
Obrigações	1 500	1 829
	1 500	3 483
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 721	3 970
Obrigações	3 239	4 376
	6 961	8 346
De investimentos não afectos		
Obrigações	810	-
	810	-
Total	27 269	23 316

Na rubrica “Obrigações” no decurso do ano 2021, a companhia auferiu juros no valor de mCVE 19.600 que representam 72% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos, contra mCVE 14.478 / 62% no ano transato.

Em 2021 a IMPAR recebeu mCVE 3.613 de dividendos contra mCVE 4.868 recebidos em 2020, correspondentes as participações na SITA, ENACOL e CVTELECOM. Há que

referir que a IMPAR, enquanto acionista principal do BCN, deliberou pela não distribuição de Dividendos pelo período de 5 anos "(2018 a 2022)" nesse Banco, reforçando assim os capitais próprios, os quais serão fundamentais para a materialização do plano estratégico dessa Instituição Bancária que passa pela duplicação do seu volume de negócios ao longo desse quinquénio.

Durante o exercício 2021 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de mCVE 3.721 representativos de 14% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2021 e 2020 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos. Ver Nota 11.

14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2021 e 2020 os montantes registados na rubrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

15 – Outros Rendimentos e Gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Mecenato	1 102	2 849
Gastos e perdas financeiras	1 106	2 517
Excesso/estimativa impostos	0	0
Outros	8 095	809
Mais/menos valias alienação imobilizado	(183)	474
Total	10 120	6 650

A rubrica "Mecenato" inclui os donativos de carácter filantrópico e que contribuem para o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva e educacional, tendo como contrapartida incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos de quem contribui. A redução nesta rubrica deve-se à não realização de diversos eventos devido à pandemia COVID-19. Em 2020 ainda foram atribuídos valores antes da declaração da pandemia. Já em 2021 houve redução.

A rubrica Outros inclui, nomeadamente as correcções de exercícios anteriores.

16 – Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Caixa	459	592
Depósitos em instituições de crédito	172 370	85 665
Total	172 829	86 257

17 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é apresentado como segue:

Unid: CVE				
Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor 31-12-2021
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4 000	50,00%	21 592 540
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	2 788 627 464
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Equivalência patrimonial	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				2 817 720 004

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor 31-12-2020
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4 000	50,00%	20 000 000
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	2 378 660 971
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Equivalência patrimonial	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				2 406 160 971

A SEPI após a venda das acções que detinha no BCN, o seu Capital Social ficou reduzida ao montante de mCVE 2.500.

A participação directa da IMPAR no BCN ficou concluída em 2019 tendo sido actualizada a participação conforme valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de Dezembro de 2021.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2021 e 2020 é apresentada como segue:

Unid. CVE									
Descrição	31/12/2020	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	Método equivalência patrimonial - impacto em reservas de revalorização	31/12/2021
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000					1 592 540			21 592 540
GRUPO IMPAR	5 000 000								5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 378 660 971					385 350 285 -	3 561 509	28 177 717 2 788 627 464	
SEPI - Soc. Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000								2 500 000
Total - Investimentos e Subsidárias	2 406 160 971	0	0	0	0	386 942 825	-3 561 509	28 177 717 2 817 720 004	

Descrição	31/12/2019	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2020
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000								20 000 000
GRUPO IMPAR	5 000 000								5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 156 780 845					253 458 488	-31 578 362		2 378 660 971
SEPI - Soc. Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000								2 500 000
Total - Investimentos e Subsidárias	2 184 280 845	0	0	0	0	253 458 488	-31 578 362	0 2 406 160 971	

A rubrica Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2021 pelo aumento na parte proporcional do resultado positivo do BCN e na IMOPAR.

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. após a alienação das acções do BCN não desenvolveu nenhuma actividade.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. cujo maior acionista é a IMPAR foi constituída em 2009, tendo iniciado atividade em 2019, dedica-se ao ramo imobiliário, nomeadamente avaliação de Imóveis e Fiscalização de Obras, e participação noutras empresas.

O GRUPO ÍMPAR é uma empresa ainda sem atividade.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

Unid. CVE				
	31-12-2021		31-12-2020	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	3 214 348 658	444 179 148	2 741 795 308	292 152 308

Trata-se de dados provisórios, de acordo com a informação disponível à data.

18 – Activos Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

					Unid: CVE
Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2021	Valor em 31Dez2020
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	4 500	6 750 000	6 750 000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1 500	4 800	7 200 000	7 200 000
SITA - Sociedade -Industrial de Tintas, SA	Custo	23 822	2 162	51 513 643	51 513 643
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7 500	2 750	-	-
Total Ativos disponiveis para venda				65 463 643	65 463 643

19 – Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 esta rubrica apresenta um investimento/aplicação de 70.000 mCVE em Depósitos a Prazo, a taxa de juros de 3% anual.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

					Unid: CVE
Descrição	Saldo 31Dez21	Qtd	Tx Juro	Maturidade	
Obrigações TACV	38 461 538	38 461	6%	out-31	
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	3,00%	abr-22	
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3,00%	nov-22	
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	jun-22	
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	dez-22	
Obrigações Tesouro	70 000 000	100 000	3,00%	jun-22	
Obrigações Tesouro	30 000 000	100 000	3,00%	nov-22	
Obrigações Tesouro	150 000 000	120 000	3,00%	jun-22	
Total	598 461 538				

Descrição	Saldo 31Dez20	Qtd	Tx Juro	Maturidade	
Obrigações TACV	42 307 692	42 307	6%	out-31	
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	3,00%	abr-21	
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3,00%	nov-21	
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	jun-21	
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	dez-21	
Obrigações Tesouro	70 000 000	100 000	3,00%	jun-21	
Obrigações Tesouro	100 000 000	100 000	3,00%	nov-21	
Total	522 307 692				

Em 31 de Dezembro de 2021 as Obrigações totalizam o montante de mCVE 598.461, sendo que deste total 560.000 contos respeitam a aplicações com vencimento no ano 2022.

Destes mCVE 598.461, mCVE 150.000 enquadram-se em novas aplicações financeiras no decurso do ano 2021 e mCVE 448.461 correspondem a renovações.

21 – Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2021 e 2020, as rubricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	Unid: mCVE								
	2021						Saldo em 31.12.2021		
	Saldo em 31.12.2020	Amortizações acumuladas	Alienações	Aquisições	Avaliações	Amortizações do exercício	Transfêrências	Valor bruto	Valor líquido
Terrenos e Edifícios:									
De Uso Próprio	284 095	82 538	-	-	-	8 811	-	277 402	186 053
De Rendimento	327 171	-	-	42 711	8 436	-	5 890	367 336	367 336
Total	611 266	82 538	-	42 711	8 436	8 811	803	644 738	553 389

Em 2021 transferiu-se um Imóvel de Uso Próprio para Rendimento, tendo sido adquirido um Imóvel alocado a Rendimento.

Procedeu-se às avaliações da maioria dos Imóveis de Rendimento tendo gerado uma desvalorização de 8.436 contos.

Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os terrenos e edifícios de serviço próprio, detidos pela Companhia, apresentam o seguinte detalhe:

Localização	2021			2020		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
	Unid: mCVE					
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	9 180	1 469	7 711	9 180	1 102	8 078
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621	4 673	5 948	10 621	4 248	6 373
Escritório em Stª Maria - Sal	8 421	3 705	4 716	8 421	3 368	5 053
Apartamento na Achada Stº António - Edifício Europa	7 750	3 410	4 340	7 750	3 100	4 650
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 773	7 165	16 608	23 773	6 214	17 559
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	36 369	69 806	106 175	32 122	74 053
Escritório nos Espargos - Sal	24 585	11 418	13 167	24 585	10 435	14 150
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	23 943	25 888	49 831	21 146	28 685
Apartamento em Monte Sossogo - Mindelo	-	803	803	6 693	803	5 890
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189
Total	277 402	91 349	186 053	284 095	82 538	201 557

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Unid mCVE	
			Valor de Balanço	
			2021	2020
			Valor bruto	Valor bruto
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2018	60 000	57 500	59 280
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2018	82 614	139 000	142 000
Edifício em Chã Alecrim (Ex-Ediliter) - Mindelo	2018	14 659		-
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2018	23 000	23 000	25 740
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2018	25 977	30 000	31 920
Apartamento em Terra Branca - Praia	2018	3 634	3 914	3 914
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo		6 693	6 693	-
Edifício Lazareto		42 711	42 711	-
Terreno nos Espargos - Sal		587	588	587
Terreno na Boavista		770	770	770
Terreno em Palha Sé - Praia	2018	58 176	63 160	62 960
Total		318 821	367 336	327 171

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, realizadas por avaliadores especializados nesta matéria.

22 – Outros Activos Tangíveis, Inventários e Outros Elementos do Activo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta como segue:

	2021	2020
Imobilizado tangível		
Valor bruto	158 771	152 143
Depreciação acumulada	-143 264	-136 078
	15 507	16 065
Inventários	391	591

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2021 foram os seguintes:

Unid: mCVE

Activos fixos tangíveis	2020	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2021
Equipamento Administrativo	43 120	480	133	43 467
Máquinas e Ferramentas	7 251	2 093	-	9 344
Equipamento Informático	39 425	1 103	-	40 528
Instalações Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	54 016	3 000	-	57 016
Outro Equipamento	3 771	315	229	3 857
Património Artístico	541	-	-	541
		-	-	
Sub-total 1	152 142	6 991	362	158 771

Depreciações Acumuladas	2020	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2021
Equipamento Administrativo	39 898	833	127	40 604
Máquinas e Ferramentas	7 003	386	-	7 389
Equipamento Informático	37 667	1 386	-	39 053
Instalações Interiores	3 902	47	-	3 949
Material de Transporte	43 537	4 698	-	48 235
Património Artístico	541	-	-	541
Outro Equipamento	3 529	145	182	3 492
Sub-total 2	136 077	7 495	309	143 263
Total	16 065	(504)	53	15 508

Outros Elementos do activo	2020	Adições	Alienações/ Abates	2021
Investimentos Financeiros:				
Projecto Leasing	9 274	-	9 274	-
Projecto Emprofac	2 140	-	-	2 140
Total	11 414	-	9 274	2 140

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as adições registadas na rubrica "ativos fixos tangíveis" dizem respeito essencialmente (i) nos equipamentos administrativos, aquisição de seis aparelhos de ar condicionado e dois relógios de ponto biométricos (ii) na rubrica máquinas e ferramentas trata-se essencialmente da aquisição de um gerador (iii) na rubrica equipamentos informático aquisição de seis computadores portáteis, quatro impressoras e monitores (iv) nos transportes a aquisição de uma viatura Mitsubishi eclipse e (v) outros equipamentos essencialmente a aquisição de uma central telefónica.

Quanto a anulação do Projecto Leasing, face ao desenvolvimento do Leasing dentro do BCN, o CA deliberou pelo encerramento do projecto e a devida incorporação dos gastos feitos nos custos da Companhia.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados, sendo que a redução verificada em 2021 corresponde a alienação de uma viatura.

23 – Outros Activos Intangíveis

	2021	2020
Imobilizado intangível		
Valor bruto	18 690	18 690
Depreciação acumulada	-18 690	-18 690
	0	0

Encontram-se registados nesta rubrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2021 esta rubrica tem um valor bruto de 18.690 e que se encontra totalmente amortizado.

24 – Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Ramo / Grupo Ramos	2021			2020		
	Directo	Resseguro	Líquido	Directo	Resseguro	Líquido
Provisão prémios não adquiridos	326 724	129 879	196 846	346 262	159 177	187 085
Provisão para sinistros	1 079 825	254 811	825 014	1 032 290	290 704	741 586
Provisão matemática Vida	239 831	-	239 831	154 229	-	154 229
Provisão para Riscos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	1 646 380	384 689	1 261 691	1 532 781	449 882	1 082 900

24.1 – Provisão para Prémios não Adquiridos, Líquida de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Ramos / Grupo ramos	2021						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Líquida
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	31 902	2 317	29 585	23 859	4 385	19 474	10 111
Acidentes e doença	33 811	3 328	30 483	11 253	1 271	9 982	20 500
Incêndio e outros danos	90 016	12 206	77 810	62 531	11 406	51 125	26 685
Automóvel	137 324	13 401	123 923	0	0	0	123 923
Marítimo, aéreo e transportes	32 144	3 001	29 142	26 524	2 618	23 906	5 237
Responsabilidade civil geral	31 366	3 710	27 656	24 998	4 500	20 498	7 158
Crédito e caução	8 912	787	8 125	5 966	1 074	4 892	3 233
Total	365 475	38 750	326 724	155 132	25 253	129 879	196 846

Ramos / Grupo ramos	2020						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Líquida
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	32 514	4 359	28 155	25 257	3 740	21 518	6 637
Acidentes e doença	30 934	2 949	27 985	10 138	1 195	8 943	19 042
Incêndio e outros danos	92 767	8 533	84 234	66 119	11 912	54 208	30 026
Automóvel	126 141	12 098	114 044	0	0	0	114 044
Marítimo, aéreo e transportes	60 259	5 682	54 577	52 397	2 520	49 878	4 699
Responsabilidade civil geral	32 665	3 165	29 501	24 824	4 468	20 356	9 145
Crédito e caução	8 570	803	7 767	5 213	938	4 275	3 492
Total	383 851	37 589	346 262	183 949	24 772	159 177	187 085

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida

A composição desta rubrica é a seguinte:

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Provisão matemática	237 916	153 022	84 893	40 827

24.3 – Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro

A rubrica apresenta a seguinte desagregação no que respeita ao seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	21 175	18 746	2 429	8 340
Total I	21 175	18 746	2 429	8 340
Acidentes e Doença	110 197	97 763	12 438	20 329
Incêndio e outros danos	15 407	35 336	-19 864	9 929
Automóvel	651 572	606 666	45 175	53 427
Marítimo, aéreo e transportes	238 244	230 813	7 725	-24 742
Responsabilidade civil geral	36 830	36 558	341	-292
Crédito e caução	6 400	6 409	-	-
Total II	1 058 650	1 013 544	45 815	58 652
Total I + II	1 079 825	1 032 290	48 244	66 992

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de mCVE 20.521 (2020: mCVE 15.562) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	15 230	9 041	6 188	-105
Total I	15 230	9 041	6 188	-105
Acidentes e Doença	46 683	43 450	3 234	5 604
Incêndio e outros danos	11 237	28 360	-17 124	10 105
Automóvel	120 053	137 326	-17 274	-3 671
Marítimo, aéreo e transportes	36 196	41 382	-5 186	-20 621
Responsabilidade civil geral	25 413	31 144	-5 732	-104
Crédito e caução	-	-	-	-
Total II	239 581	281 663	-42 082	-8 687
Total I + II	254 811	290 704	-35 893	-8 792

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	5 946	9 704	-3 759	8 444
Total I	5 946	9 704	-3 759	8 444
Acidentes e Doença	63 513	54 313	9 204	14 725
Incêndio e outros danos	4 171	6 975	-2 740	-175
Automóvel	531 520	469 339	62 449	57 098
Marítimo, aéreo e transportes	202 048	189 431	12 912	-4 121
Responsabilidade civil geral	11 418	5 414	6 073	-188
Crédito e caução	6 400	6 409	-	-
Total II	819 069	731 882	87 897	67 339
Total I + II	825 014	741 586	84 138	75 784

24.4 – Provisão para Participação nos Resultados

A composição desta rubrica é a seguinte:

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Participação nos resultados	1 915	1 206	709	187

24.5 – Provisão para Riscos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o apuramento desta provisão foi nulo.

25 – Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	302 867	365 065
Operações Pendentes de liquidação	-	-
Resseguro	17 222	11 180
Tomadores de seguros	6 183	6 367
Reembolsos de sinsitros	123	433
Outros	9 998	22 433
	336 393	405 477
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(112 352)	(104 389)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 342)	(5 342)
	(117 694)	(109 731)
Activo Líquido	218 699	295 746

Verificou-se um aumento no valor de mCVE 7.963 na Provisão para Recibos por cobrar, não obstante a diminuição dos recibos de prémios de seguros à cobrança a 31 de dezembro de 2021. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir integralmente todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

26 – Activos e Passivos por Impostos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica, apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Retenção de imposto na fonte	1 710	1 621
Imposto Sobre Rendimento	25 517	6 662
Débito		
Crédito	25 517	6 662
Imposto de selo	13 235	14 511
Taxas para a Autoridade de Controlo	2 669	2 559
SORC	7 971	9 232
Contribuições para a segurança social	3 066	3 076
Outros	-	62
Impostos Correntes	54 167	37 721
Impostos Diferidos	(21 509)	(19 219)

As rubricas "Crédito/(Débito)" correspondem a valores a pagar, após o apuramento do imposto final.

O montante de mCVE 1.710 na rubrica Retenção de Impostos na Fonte inclui essencialmente as retenções do IRPS relativo as remunerações do mês de dezembro do pessoal e dos prestadores de serviço.

O valor de mECV 3.066 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A rubrica Imposto de Selo inclui o montante de mCVE 13.235 referente ao selo de apólice que incide sobre os prémios de seguro emitidos por cobrar ou já cobrados cujo imposto é pago no mês seguinte.

As Taxas para Autoridade de Controlo e Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Automóvel nos montantes de mCVE 2.669 e 7.971 dizem respeito respectivamente (i) a taxa 0.75% aplicada sobre os prémios dos ramos vida e não vida, líquidos de estornos e anulações, durante o ultimo trimestre de 2021 (ii) receita para o FGA – Fundo de Garantia Automóvel e para SNPC – Sistema Nacional Proteção Civil, o montante entregue por cada segurado, resultante da aplicação da taxa de 2% e 1%, respectivamente, sobre os prémios simples do SORCA processados. Este montante é entregue ao FGA no ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2021 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de mCVE 54.332, sendo que as entregas por conta no total de mCVE 28.547, calculadas com base nas coletas de 2019 e 2020 e das retenções efetuadas por terceiros no total de mCVE 268, foi inferior a esta estimativa. Assim, a Companhia tem por pagar ao Tesouro Nacional o montante de mCVE 25.517.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2021 e 2020 os montantes registados de impostos diferidos respeitam apenas a valores relativos a imóveis de rendimento, tendo a variação registado no ano de 2021 sido justificada pela aplicação dos coeficientes de desvalorização monetária na determinação do valor fiscal dos mesmos

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	586 388	406 983
Encargo de imposto nominal		
- a 22%	129 005	89 536
- Derrama (0,2% s/colecta)	1 047	696
	130 052	90 232
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	54 332	36 382
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	(2 290)	
	52 042	36 382
Taxa efectiva	8,88%	8,94%
Diferença por reconciliar	(78 010)	(53 850)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	149	149
Correcções a exercícos anteriores	2 240	-
Excesso de estimativa de IUR		
Dividendos	(795)	(1 071)
Benefícios fiscais	(130)	(213)
Equivalência Patrimonial	(84 007)	(55 761)
Justo valor	1 856	(222)
Menos Valias Fiscais	-	(2 493)
Outros	4 029	4 887
Tributação autónoma	937	875
Imposto diferido	(2 290)	
	(78 010)	(53 850)

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2021
Estimativa de imposto 2020	36 382
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	133
Total de pagamentos por conta efectuados em 2020	29 587
Valor a recuperar / (pagar)	(6 662)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(6 662)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

	2020
Estimativa de imposto 2019	39 078
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	331
Total de pagamentos por conta efectuados em 2019	44 572
Valor a recuperar / (pagar)	5 825
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	5 825
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	-

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo originar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correção tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa do subsídio de férias e prémio produtividade a liquidar em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	8 556	8 411
	8 556	8 411
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	15 560	17 105
	15 560	17 105

28 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	2021	2020
Contas a pagar por operações de seguro directo	9 298	18 921
Resseguradores	127 290	190 061
Contas a pagar por outras operações	61 865	62 915
	198 453	271 897

A diminuição na rubrica Contas a pagar por operações de Resseguro deve-se essencialmente a contabilização do prémio anual de resseguro cedido para a apólice da TACV que é liquidado em prestações no exercício seguinte.

29 – Outras provisões

	2021	2020
Outras Provisões	172 907	172 907

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

Adicionalmente, nesta rubrica de outras provisões encontra-se reconhecida, para ambos os períodos em análise, uma provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, na sequência da aquisição de uma participação direta de 87% no BCN.

30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1.000 cada, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite máximo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

“É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado”.

Quanto as restantes reservas não há condicionamentos, nem restrições à sua utilização e/ou distribuição.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 7 de Abril de 2021, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, de mCVE

370.600, o montante de 270.600 fosse alocado, em 2021, às reservas livres da Companhia e mECV 100.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2021	2020
Reservas		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	1 202 242	931 642
. Outras Reservas	72 222	44 044
	1 361 977	1 063 199
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponíveis para Venda	15	15
. De Investimentos em Subsidiárias	0	0
	15	15
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	421 530	425 092
. Outros Investimentos	91 631	91 631
. De Revalorização de Terrenos e Edifícios Uso Próprio	27 297	27 297
	540 458	544 020

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o apuramento do resultado por acção foi determinado como segue:

	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	539 438	370 600
Nº Acções	400 000	400 000
Resultado por Acção	1,349	0,927

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos nos exercícios 2021 e 2020, relativos ao resultado líquido obtido em 2020 e 2019, respectivamente, tiveram o seguinte apuramento:

	2021	2020
Resultado Líquido atribuído	150 000	100 000
Nº Acções	400	400
Dividendos por Acção	375,00	250,00

34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da Companhia, os Accionistas relevantes, bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

2021							
Designação Contas	SCVL	OLIGEST	LVL	JVC	ING	Aliança	Labesfal Farma
Contas Ativo							
Contas a receber por operações de seguro directo	92						5
Contas a receber por outras operações							
	<u>92</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
Contas Passivo							
Contas a pagar por operações de seguro directo							
Contas a pagar por outras operações			3 044				
Dividendos	20 000	10 623	7 191	-	20 000	7 000	20 000
	<u>20 000</u>	<u>10 623</u>	<u>10 235</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>7 000</u>	<u>20 000</u>
2020							
Designação Contas	SCVL	OLIGEST	LVL	JVC	ING	Aliança	Labesfal Farma
Contas Ativo							
Contas a receber por operações de seguro directo	43						-
Contas a receber por outras operações							
	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contas Passivo							
Contas a pagar por operações de seguro directo							
Contas a pagar por outras operações	1 093						
Dividendos	20 000	10 623	7 191	-	20 000	7 000	20 000
	<u>21 093</u>	<u>10 623</u>	<u>7 191</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>7 000</u>	<u>20 000</u>

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2021	%	2020	%
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações	270 000	66%	120 000	48%
Terrenos	63 160	15%	62 960	25%
Edifícios	15 873	4%	9 180	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	14%	58 714	23%
	407 746	10%	250 853	7%
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Não Vida				
Obrigações	328 462	9%	402 308	13%
Terrenos	18 236	1%	18 236	1%
Edifícios	295 739	8%	302 179	10%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	2 824 470	80%	2 412 911	77%
Outros Depósitos	70 000	2%	-	0%
	3 536 907	84%	3 135 634	87%
Investimentos não afectos				
Terrenos	20 188	8%	20 188	9%
Edifícios	231 542	92%	198 524	91%
Obrigações	10 500	4%	15 000	7%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047	9%	22 047	10%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Ações (-)	(32 547)	-13%	(37 047)	-17%
	251 730	6%	218 712	6%
Total Investimentos	4 196 384	100%	3 605 199	100%

36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2021 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de mCVE 385.350 e na IMOPAR mCVE 1.593.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 52% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 64.474.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2021	2020
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-16 178	-13 883
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	-13 088	-13 816
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	-244	-145

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 16,1% - Imóveis e IMOPAR
 Transportes 0,9% - Obrigações TACV
 Energia 0,2% - Acções Enacol
 Financeiro 67,8% - Acções BCN, SEPI e SGPS
 Industrial 1,2% - Acções Sita
 Tecnologia 0,2% - Acções na CV Telecom
 Obrigações – 13,6%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;

- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPARG se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a Companhia implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controlo Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;
- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2021	2020
Rácio de Sinistralidade	29,9%	31,6%
Rácio de Despesa	18,8%	20,6%
Rácio Combinado	48,8%	52,2%
Rácio Financeiro	2,0%	1,2%
Rácio Operacional	46,7%	51,0%

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Cascos	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Quota parte

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mCVE:

	2021	2020
Elementos constitutivos do fundo de garantia	2 233 790	2 233 790
Margem de solvência a constituir	353 352	353 352
Resultado na óptica dos prémios	390 579	323 873
Resultado na óptica dos sinistros	132 783	120 668
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	2 246 649	1 880 437
Taxa de cobertura da margem de solvência	630%	632%

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 630% e 632%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

À data deste relatório não existem compromissos significativos com impacto nas demonstrações financeiras anexas.

39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

40 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2021:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:

- a) IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a

uma IBOR. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, já endossadas:

- a) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.
- d) IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os

impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

- e) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- g) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. A adoção futura destas melhorias não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, ainda não endossadas:

- a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração

inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- d) IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- e) IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top, a signature in the middle, and a signature at the bottom right.



IV – PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2021 à 31/12/2021, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Mindelo, 04 de março de 2022


- José Carlos Rocha Dias / -
- Atuário -



V – PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas mas inclui uma ênfase, relativo a “não preparação de demonstrações financeiras consolidadas” somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos.

S.Vicente, 11 de Abril de 2022

O Fiscal Único


António Pedro Gomes Silva



VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA



Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade não prepara demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Entidade, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades relevantes controladas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, www.pwc.com/cv/pt/
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o n.º 282682902/420191217
NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1.500.000
Inscrita na lista da OPACC sob o n.º 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que



respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; e
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

11 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

